

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JEFERSON BOLDRINI DA SILVA

**CIÊNCIA EM DISPUTA NOS PORTAIS INSTITUCIONAIS: PARADIGMAS E
REPRESENTAÇÕES DA PESQUISA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE
MATO GROSSO**

CUIABÁ/MT

2025

JEFERSON BOLDRINI DA SILVA

**CIÊNCIA EM DISPUTA NOS PORTAIS INSTITUCIONAIS: PARADIGMAS E
REPRESENTAÇÕES DA PESQUISA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE
MATO GROSSO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso, na Linha de Pesquisa Política e Cidadania, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini

CUIABÁ/MT

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

S586c Silva, Jeferson Boldrini da.

Ciência em disputa nos portais institucionais [recurso eletrônico] : paradigmas e representações da pesquisa nas Universidade Públicas de Mato Grosso / Jeferson Boldrini da Silva. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 94 f., il. color., pdf). -- 2025.

Orientadora: Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.

Inclui bibliografia.

1. Comunicação científica. 2. Universidades públicas. 3. Portais institucionais. 4. Jornalismo científico. 5. Paradigmas de política científica. I. Pedrini, Jociene Carla Bianchini Ferreira, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM [NOME DO PPG]

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: Ciência em disputa nos portais institucionais: paradigmas e representações da pesquisa nas Universidades Públicas de Mato Grosso

AUTOR: Mestrando Jeferson Boldrini da Silva

Dissertação defendida e aprovada em 27 de agosto de 2025

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Professora Doutora Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini (Presidente Banca/Orientadora/PPGCOM)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

2. Professor Doutor Luãn José Vaz Chagas (Examinador Interno/PPGCOM)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

3. Professora Doutora Simone Evangelista Cunha (Examinadora Externa/UERJ)

INSTITUIÇÃO: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

4. Professor Doutor Thiago Cury Luiz (Examinador Suplente/PPGCOM)

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso

Cuiabá, 27 de agosto de 2025



Documento assinado eletronicamente por **JOCIENE CARLA BIANCHINI FERREIRA PEDRINI**,
Docente da Universidade Federal de Mato Grosso, em 27/08/2025, às 15:48, conforme horário
oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUAN JOSE VAZ CHAGAS, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/08/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Evangelista Cunha, Usuário Externo**, em 03/09/2025, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0, informando o código verificador **8229660** e o código CRC **01311223**.

AGRADECIMENTOS

Durante esta jornada acadêmica, por diversas vezes me vi só, imerso entre leituras, anotações, dúvidas, ansiedades e silêncios. Ainda assim, o caminho até aqui jamais teria sido trilhado sem o apoio de uma verdadeira rede de afetos, instituições e encontros a quem sou profundamente grato.

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Valdeci Rodrigues da Silva (in memoriam) e Terezinha Boldrini da Silva, que, mesmo distantes do universo acadêmico, sempre me encorajaram a buscar a educação como caminho de transformação. Suas trajetórias e valores continuam sendo a minha melhor orientação nas decisões que tomo.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), minha casa formadora e campo de atuação profissional, expresso minha gratidão. De modo especial, à Reitoria e à Pró-Reitoria de Administração, pela concessão do Afastamento para Qualificação por um ano e meio, e pelo suporte financeiro por meio da Bolsa Formação, durante parte desse período. Este mestrado também é fruto desse investimento institucional.

À minha companheira de vida, Cecília Nobre de Freitas, obrigada por estar comigo, por me acolher nos momentos de cansaço e incerteza, por me lembrar dos motivos para seguir em frente, mesmo quando tudo parecia disperso. Sua presença amorosa foi sustento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMT (PPGCOM-UFMT) e ao corpo docente, meu reconhecimento pela oportunidade de ampliar repertórios, desconstruir certezas e revisitar caminhos. As disciplinas e os debates me permitiram enxergar a comunicação (e meu próprio objeto de pesquisa) por outras lentes, mais críticas e sensíveis.

À minha orientadora, Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira Pedrini, minha gratidão pela escuta generosa, pela confiança e pela liberdade intelectual concedida durante todo o percurso. A parceria construída foi decisiva para que este trabalho pudesse florescer com autonomia.

À querida Turma 2023 do PPGCOM-UFMT, meu muito obrigado pelas trocas, sugestões, conversas, memes, festas e partilhas que ultrapassaram o espaço acadêmico. Vocês foram abrigo e afeto em meio à exigência do cotidiano do mestrado. Levo cada um de vocês comigo.

À Agnes, Ravena e Frida, minhas companheiras felinas, que estiveram ao meu lado nos momentos de escrita e reflexão: dormindo sobre meus cadernos, pisando no teclado, exigindo carinho, brincando com canetas ou simplesmente miando por atenção. Elas foram muito mais do que simples animais de estimação: foram verdadeiros pilares de apoio emocional e conforto.

Por fim, deixo meu agradecimento a todos os seres (humanos e não-humanos) que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui e me tornasse quem sou. Esta dissertação também carrega um pouco de cada um de vocês.

Meu muito obrigado.

RESUMO

Esta dissertação analisa de que maneira as universidades públicas de Mato Grosso (UFMT, UNEMAT e UFR) divulgam informações sobre as pesquisas científicas que realizam, através de seus portais institucionais. A partir de uma abordagem qualitativa e quantitativa, com base na análise de conteúdo categorial proposta por Sampaio e Lycarião (2021), busca-se identificar as concepções de ciência e os paradigmas de política científica mobilizados nas notícias sobre pesquisa publicadas em 2023. A fundamentação teórica articula autores da sociologia da ciência com os paradigmas propostos por Léa Velho (2011), possibilitando uma leitura crítica da divulgação científica institucional. Os resultados revelam desigualdades na visibilidade das áreas do conhecimento, predominância da concepção de ciência como solução de problemas (UFMT e UNEMAT) e de ciência para o bem da sociedade (UFR), além de forte presença de parcerias institucionais na produção do conhecimento. Recomenda-se o fortalecimento da comunicação científica nos portais institucionais por meio da criação de espaços multimídia interativos, parcerias com cursos de Jornalismo e formação continuada de pesquisadores e profissionais da comunicação. O estudo também aponta para a necessidade de recomposição e ampliação das equipes para suprir as demandas das assessorias e sugere investigações futuras que explorem as percepções dos diferentes atores envolvidos na produção e circulação da ciência.

Palavras chaves: Comunicação científica; Universidades públicas; Portais institucionais; Jornalismo científico; Paradigmas de política científica

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the public universities of Mato Grosso — UFMT, UNEMAT, and UFR — convey information about the scientific research they conduct through their institutional portals. Using a qualitative and quantitative approach based on categorical content analysis, the study identifies the conceptions of science and scientific policy paradigms mobilized in news articles about research published in 2023. The theoretical framework combines authors from the sociology of science with the paradigms proposed by Léa Velho (2011), enabling a critical interpretation of institutional science communication. The findings reveal disparities in the visibility of academic fields, a predominance of the conception of science as problem-solving (UFMT and UNEMAT) and as contributing to the public good (UFR), as well as a strong presence of institutional partnerships in knowledge production. Recommendations include strengthening science communication through dedicated digital sections on university websites, integration of multimedia content, partnerships with Journalism programs, and ongoing training for researchers and communication professionals. The study also points to the need for reorganization and expansion of teams to meet the demands of advisory roles and suggests future investigations that explore the perceptions of different actors involved in the production and circulation of science.

Keywords: Science communication; Public universities; Institutional websites; Science journalism; Scientific policy paradigms.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1 – Porcentagem de notícias publicada nos Portais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023, por categoria de assunto	57
Figura 2 – Porcentagem de notícias sobre pesquisas científicas publicadas nos Portais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023, organizadas por Grandes áreas de conhecimento	64
Figura 3 – Porcentagem de paradigmas de ciência, conforme definição de Velho (2011), presentes nas notícias sobre pesquisas científicas publicadas nos Portais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023	66
Figura 4 – Porcentagem de atores na produção do conhecimento, conforme definição de Velho (2011), apresentadas nas notícias sobre pesquisas científicas publicadas nos Portais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023	74

Mapas

Mapa 1 - Municípios onde se localizam campus de universidades públicas em Mato Grosso, Brasil	44
---	----

Tabelas

Tabela 1 – Quantitativo do resultado de busca por palavras-chave no Portal de Periódicos da CAPES.....	14
Tabela 2 – Relação das IES localizadas em Mato Grosso no ano de 2023, por organização acadêmica e indicando a categoria administrativa.....	41
Tabela 3 – Composição da equipe da Secretaria de Comunicação e Multimeios (Secoom) da UFMT, por estrutura, função e número de servidores	46
Tabela 4 – Composição da equipe de Comunicação da UNEMAT, por estrutura, função e número de servidores	48
Tabela 5 – Composição da equipe da Diretoria de Comunicação Social da UFR, por estrutura, função e número de servidores	51
Tabela 6 – Exemplo de aplicação do procedimento de interpretação	54
Tabela 7 – Lista das notícias sobre pesquisas científicas publicadas nos portais da UFMT, UNEMAT e UFR durante o ano de 2023	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Associação Brasileira de Ciências
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CD	Conselho Diretor
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CONSUNI	Conselho Universitário / Conselho Superior Universitário
C&T / CT&I	Ciência e Tecnologia / Ciência, Tecnologia e Inovação
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EAD	Educação a Distância
FCESC	Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres
FCUC	Fundação Centro Universitário de Cáceres
FESMT	Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso
IES	Instituição(ões) de Educação Superior
IESC	Instituto de Ensino Superior de Cáceres
IF	Instituto Federal
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MT	Mato Grosso
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEP	Planejamento Estratégico Participativo
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFDPAR	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis

UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SECITECI	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SECOMM	Secretaria de Comunicação e Multimeios
TV	Televisão
TVU	TV Universidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CIÊNCIA, SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO: FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.....	18
1.1 A CIÊNCIA COMO PRÁTICA SOCIAL: ENTRE A CENTRALIDADE E A CRISE	18
1.2 A CRISE EPISTEMOLÓGICA DA CIÊNCIA: ENTRE DESCONFIANÇA E RECONFIGURAÇÃO	23
1.3 COMUNICAÇÃO E JORNALISMO CIENTÍFICO: MEDIAÇÕES ENTRE O SABER E A ESFERA PÚBLICA	26
1.4 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIÊNCIA PARA O JORNALISMO CIENTÍFICO	31
1.5 PORTAIS INSTITUCIONAIS COMO DISPOSITIVOS ESTRATÉGICOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	34
1.6 A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES E OS DESAFIOS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	38
2. CONTEXTUALIZANDO AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INVESTIGADAS.....	41
2.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	45
2.1.1 Estrutura de comunicação da UFMT	46
2.2 A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO	47
2.2.1 Estrutura de comunicação da UNEMAT	49
2.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS	50
2.3.1 Estrutura de comunicação da UFR.....	51
3. PERCURSOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE CATEGORIAL DAS REPRESENTAÇÕES DA CIÊNCIA NOS PORTAIS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS.....	53
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	57
4.1 FREQUÊNCIA E VOLUME DE NOTÍCIAS DE PESQUISA NOS PORTAIS DA UFMT, UNEMAT E UFR	59
4.2 PREDOMINÂNCIA DE PARADIGMAS CIENTÍFICOS E ATORES PRODUTORES DO CONHECIMENTO NAS NOTÍCIAS DE PESQUISA DOS PORTAIS DA UFMT, UNEMAT E UFR.....	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6. REFERÊNCIAS	84
APENDICÊ A – Livro de Códigos Identificação de Paradigmas científicos e Atores Produtores do Conhecimento nas notícias de pesquisas publicadas nos portais das Universidades Públicas de Mato Grosso	92

INTRODUÇÃO

Diariamente, no âmbito das universidades públicas, servidores e estudantes desenvolvem pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, comprometidos com a produção de saberes que impactam diretamente a sociedade. Tais instituições, além de centros formadores de profissionais, são também polos de geração de conhecimento, tecnologias e soluções que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Esse processo, no entanto, não chega a se concretizar sem que o conhecimento produzido seja compartilhado de forma adequada com o público.

Grande parte das pesquisas realizadas nas universidades é financiada com recursos públicos, seja de forma direta ou indireta, por meio de agências de fomento, editais institucionais ou parcerias com órgãos públicos. Por essa razão, o conhecimento científico não pode se restringir aos muros da academia: ele deve ser socializado, discutido e apropriado coletivamente. A comunicação pública da ciência cumpre, nesse sentido, um papel fundamental ao traduzir os conteúdos técnicos dos periódicos científicos para linguagens acessíveis e conectadas ao cotidiano das pessoas. Conforme apontado por Kunsch (1992), é através da comunicação que se estabelece a relação entre a universidade e seus públicos, “[...] procurando irradiar junto à opinião pública a pesquisa, os debates, as discussões e os progressos que gera nas áreas de ciências, tecnologia, letras, artes, etc.” (KUNSCH, 1992, p. 10).

Neste cenário, os portais institucionais têm um papel fundamental e estratégico. Ao reunirem informações institucionais, acadêmicas e científicas, eles funcionam como janelas da universidade para o mundo, constituindo-se como canais de comunicação que podem (ou não) contribuir para a democratização do conhecimento. Embora esses espaços frequentemente foquem mais em conteúdos burocráticos e administrativos, a divulgação científica costuma ficar em segundo plano, muitas vezes sendo tratada de forma pontual e pouco estruturada.

Essa lacuna também é reconhecida na produção acadêmica nacional. Moser (2021), ao mapear as pesquisas sobre comunicação e instituições de ensino superior no Brasil, identificou apenas 28 dissertações e teses produzidas entre 2010 e 2020 sobre o tema, sendo a maioria (62,7%) oriunda de programas de pós-graduação fora da área da Comunicação. Complementando essa constatação, um levantamento exploratório

realizado no Portal de Periódicos da CAPES¹ com palavras-chave relacionadas à presente investigação revelou a escassez de estudos que tratem especificamente da divulgação científica em portais institucionais. Enquanto termos amplos como “jornalismo científico” e “notícias sobre pesquisas” retornaram 245 e 278 resultados, respectivamente, buscas mais específicas, como “jornalismo científico e portais institucionais” e “notícias sobre pesquisas nos portais de universidades”, resultaram em apenas um trabalho cada.

Tabela 1 – Quantitativo do resultado de busca por palavras-chave no Portal de Periódicos da CAPES

PALAVRA-CHAVE UTILIZADA	QUANTIDADE DE RESULTADO
Jornalismo científico	245
Portais institucionais	70
Jornalismo científico e Portais institucionais	1
Notícias sobre pesquisas	278
Notícias sobre pesquisas nos portais de universidades	1
Notícias sobre pesquisas nos portais institucionais	4

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES; elaborado pelo autor (2024)

A inquietação que move esta pesquisa surge, portanto, da observação cotidiana do pesquisador, jornalista por formação e servidor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), ao constatar a escassez de notícias sobre pesquisas científicas no portal de sua própria instituição. Tal percepção o levou a questionar se esse fenômeno se repetiria em outras universidades públicas do Estado e a buscar compreender como os saberes acadêmicos estão sendo comunicados à sociedade mato-grossense.

A presente pesquisa parte, portanto, da seguinte problematização: como as universidades públicas de Mato Grosso – UFMT, UNEMAT e UFR – comunicam, por meio de seus portais institucionais, as pesquisas científicas desenvolvidas em seu interior? Quais ideias sobre o que é ciência e como ela funciona estão sendo expressadas nas notícias divulgadas por essas instituições?

Tendo como objetivo geral analisar a forma como as universidades públicas de Mato Grosso comunicam as pesquisas científicas desenvolvidas em seu interior por meio de seus portais institucionais, o estudo buscou identificar as concepções de ciência e os paradigmas de política científica que orientam a produção e veiculação dessas notícias. De modo mais específico, buscou-se: (i) mapear o volume e a distribuição temática das

¹ O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) reúne e disponibiliza para instituições de ensino e pesquisa no Brasil conteúdos científicos produzidos no país e no exterior. É um dos maiores acervos científicos virtuais do país e pode ser acessado em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/>

notícias publicadas nos portais institucionais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023; (ii) identificar, entre as publicações, as notícias voltadas à divulgação de pesquisas científicas; (iii) classificar as matérias selecionadas conforme as Grandes Áreas do Conhecimento, com vistas a verificar a visibilidade pública das distintas áreas científicas; (iv) analisar, à luz da tipologia proposta por Léa Velho (2011), as concepções de ciência presentes nos conteúdos analisados; e (v) investigar os atores produtores do conhecimento mencionados nas matérias, refletindo sobre os modelos de articulação entre universidade, sociedade e setores estratégicos.

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa, sustentada pela análise de conteúdo categorial, conforme proposta por Sampaio e Lycarião (2021), articulada à tipologia de paradigmas de política científica e tecnológica de Léa Velho (2011). Ao adotar essa perspectiva analítica, buscou-se compreender como diferentes concepções de ciência são enunciadas, reforçadas ou silenciadas nos discursos institucionais das universidades públicas mato-grossenses, evidenciando os modos pelos quais essas instituições constroem sentidos sobre o fazer científico e sobre seu próprio papel social.

A dissertação está organizada em quatro capítulos principais. No Capítulo 1, apresenta-se a fundamentação teórica que orienta esta pesquisa, discutindo a relação entre ciência e sociedade, a crise epistêmica da ciência, os desafios da comunicação pública da ciência e o papel das universidades na mediação entre produção científica e esfera pública.

O capítulo 2 apresenta uma visão geral do panorama da educação superior em Mato Grosso, apoiando-se nos dados do Censo da Educação Superior de 2022. A partir desse panorama, justificam-se os critérios de seleção das instituições analisadas e são apresentadas as características institucionais, históricas e acadêmicas da UFMT, da UNEMAT e da UFR, que compõem o corpus desta investigação.

No Capítulo 3, são explicitados os caminhos metodológicos adotados, incluindo os critérios de coleta, seleção e categorização das notícias, a descrição do corpus e a construção do livro de códigos analítico, à luz dos referenciais teóricos mobilizados.

O Capítulo 4 apresenta e discute os resultados da análise empírica. As categorias analisadas abrangem a organização temática das notícias, as abordagens de ciência que elas utilizam, quem produz o conhecimento e os principais paradigmas de política

científica presentes em cada universidade. A discussão adota uma abordagem crítica, focada em entender como a ciência é percebida nos portais institucionais e as consequências disso para as questões sociais e de comunicação.

Por fim, nas considerações finais, retomam-se os principais achados da pesquisa, apontam-se contribuições e limites do estudo e apresentam-se recomendações voltadas ao fortalecimento das estratégias de comunicação científica nas universidades públicas, bem como sugestões para investigações futuras no campo da comunicação da ciência.

1. CIÊNCIA, SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO: FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

1.1 A CIÊNCIA COMO PRÁTICA SOCIAL: ENTRE A CENTRALIDADE E A CRISE

A compreensão da ciência como uma atividade neutra e universal tem sido amplamente desafiada por autores que a reconhecem como uma construção social, histórica e situada. Etimologicamente, a palavra Ciência se origina do latim ‘*scientia*’ que significa conhecimento, o que segundo Hansson (2013) é um termo vago já que, originalmente, remetia a qualquer forma de conhecimento sistemático, prático ou teórico. Já no século XIX, o autor ressalta que o significado de ciência era restrito a formas específicas do conhecimento acadêmico, em especial aqueles voltados ao estudo da natureza. Essa mudança no conceito de ciência acompanhou a consolidação da modernidade e a ascensão do paradigma científico como forma privilegiada de explicação da realidade.

A ciência é reconhecida, por Andery *et al.* (2004), como tentativa da explicação racional dos fenômenos, sendo entendida como atividade humana que permite ao homem a busca por conhecer o mundo e intervir nele, estando presente em toda a história. Para as autoras, a ciência é uma atividade que evolui com o tempo, moldada por contextos históricos. Ela não é algo fixo ou imutável, mas sim “[...] produto do homem em condições históricas dadas, que se transforma à medida que o homem se transforma e que, simultaneamente, interfere na própria história” (Andery *et al.*, p. 429, 2004).

Na busca pela definição de ciência e pseudociência, Hansson (2013) resume o que considera uma definição apropriada de ciência, como:

Ciência (em sentido amplo) é a prática que mais nos proporciona declarações confiáveis (ou seja, epistemicamente mais justificadas) que podem ser feitas, no momento, sobre o assunto coberto pela comunidade de disciplinas do conhecimento (ou seja, sobre a natureza, nós mesmos como seres humanos, nossas sociedades, nossas construções físicas e nossas construções de pensamento) (Hansson, p. 70, 2013, tradução nossa)²

² *Science (in the broad sense) is the practice that provides us with the most reliable (i.e., epistemically most warranted) statements that can be made, at the time being, on subject matter covered by the community of knowledge disciplines (i.e., on nature, ourselves as human beings, our societies, our physical constructions, and our thought constructions).*

Como produto humano, a ciência não é imune aos valores e contradições da sociedade em que está inserida, tampouco permanece imutável ao longo do tempo. Ela se transforma à medida que as relações sociais também se transformam, e interfere, por sua vez, na história das ideias, das técnicas e das instituições. Essa concepção se afasta da imagem tradicional da ciência como espelho objetivo da realidade e aponta para sua complexidade como prática situada.

Nessa direção, Velho (2011) propõe compreender a ciência a partir de seus vínculos com a política científica e tecnológica. A autora identifica diferentes paradigmas dominantes ao longo do tempo, cada qual associado a uma concepção de ciência e à orientação das políticas públicas na área. A associação entre o conceito de ciência em quatro períodos históricos, conforme apresentados pela autora, são resumidos a seguir:

1. **Pós-Guerra até o início dos anos 60**, têm a “Ciência como Motor do Progresso”, objetiva, vista como base e origem da tecnologia de maneira linear, marcado pelo conceito de autonomia da ciência. Nesta concepção, a ciência é histórica e socialmente neutra, universal e com uma lógica interna própria: “A comunidade científica proclama a ciência fora dos processos sociais e, conseqüentemente, libera a si própria de qualquer responsabilidade pelo uso dado aos resultados de pesquisa.” (Velho, p. 136, 2011);
2. **Décadas de 60 e 70**, tem-se “a Ciência como Solução e Causa de Problemas”. Nesta concepção, inicia-se os debates sobre a questão da autonomia, neutralidade e visão extremamente positiva dos impactos da ciência, bem como seu controle. A abordagem sobre a relação entre ciência e tecnologia começa a estar mais voltada para a questão da demanda.

[...] passou-se a acreditar que os pesquisadores não devem ter total autonomia para decidir sua agenda de pesquisa (que não é mais vista como preferentemente ditada pela lógica interna própria da ciência), mas devem ser levados a trabalhar em problemas relevantes para a sociedade (particularmente o mercado) (Velho, p. 140, 2011)

3. **Décadas de 80 e 90**, com o paradigma da “Ciência como Fonte de Oportunidade Estratégica”. Durante esse período, a ciência passa a ser vista como algo que é formado socialmente, adotando uma perspectiva mais relativista. Há o estabelecimento da chamada *Science Wars*, devido a rejeição desta concepção de ciência por pesquisadores das ciências naturais, que se veem produzindo conhecimentos que consideram como objetivos e livre de

influências sociais. A relação entre Ciência, Tecnologia, Inovação e sociedade possui ênfase na interação entre diferentes atores que se articulam na produção e utilização do conhecimento.

Sendo colocada na estrutura social, a produção de conhecimento se dá em locais multivariados (empresas, hospitais, ONGs, além do sistema acadêmico). Reconhece-se que o conhecimento é produzido na interface entre agentes múltiplos. (Velho, p. 143, 2011)

4. **Século XXI**, apresenta o paradigma “A Ciência para o Bem da Sociedade”, que está em processo de construção, competindo com o anterior. A relação entre Ciência, Tecnologia e Inovação se torna mais complexa conforme a importância dos vínculos internos e externos, atores múltiplos e influências, podendo dar maior visibilidade à ideia de ser instrumentos para o alcance de objetivos definidos socialmente. Para esta concepção de ciência admite-se a existência de diversas formas de conhecimento que se relacionam de maneira assimétrica e variável. Há a incorporação de conhecimentos locais e se abre espaço para o enfoque nacional de produção, reconhecendo a participação de diferentes atores.

Isto não quer dizer que não exista qualquer forma de autoridade epistêmica, mas esta será sempre o resultado de uma produção coletiva, com os seus momentos de conflito, que permitirá determinar, de maneira situada, a hierarquia dos saberes e da respectiva autoridade em função da situação, dos problemas, das prioridades e das consequências esperadas de intervenções associadas a esses saberes (Velho, p. 145, 2011)

Essa evolução conceitual acompanha o reconhecimento crescente da ciência como instrumento de poder geopolítico. “[...] as nações bem-sucedidas em avanços sociais e econômicos são as que investem fortemente em CT&I, que são, para elas, temas prioritários e de extrema utilidade – particularmente em momentos de crise” (ABC, p.11, 2022). Nesse cenário, a ciência e a tecnologia não apenas viabilizam avanços sociais e econômicos, como também definem os lugares ocupados por diferentes nações na ordem global. “Na geopolítica global, há os países que produzem conhecimento e os que consomem esse conhecimento produzido – estes colocam sua soberania em risco” (ABC, p.17, 2022).

No caso do Brasil, ciência e tecnologia são consideradas, por Motoyama (2004), essenciais para o desenvolvimento social e econômico, habitando nosso cotidiano sem, entretanto, ser parte de nossa cultura mais geral. O autor sugere que há uma ideia, que ele acredita ser uma espécie de mito, “[...] de que atividades de C&T não são para nós, mas

dos outros, dos estrangeiros, dos naturais do Hemisfério Norte, abençoados pelo pensamento científico e pela habilidade tecnológica” (Motoyama, p. 18, 2004).

Na história da ciência mundial, de acordo com Motoyama (2004), os grandes eventos tecno científicos foram realizados a distância das terras brasileiras: a formação da ciência moderna dos séculos XVI e XVII com Galileu Galilei e Isaac Newton, rompendo com a cultura medieval; a Revolução Industrial do século XVIII, com a produção em massa e acumulação capitalista; a Revolução Tecno científica do final do século XIX, com seus produtos tecnológicos (rádios, telégrafos, lâmpadas elétricas...); as transformações do pensamento científico do século XX, pela teoria da relatividade e mecânica quântica. Acontece que, no Brasil, a atividade científica demorou para se iniciar e consolidar.

Criada e plasmada dentro de uma tradição colonial e de dependência, agravada pela economia baseada no regime escravocrata, a cultura brasileira moldou-se no âmbito do retórico e do literário, não se ocupando muito das coisas de C&T. Já que o trabalho e a técnica eram atribuições de escravos, a elite nacional desprezava as atividades manuais. Em consequência, [*sic*] não se sentia atraída pela experimentação, chave mestra da ciência, e ficava pouco à vontade frente às questões tecnológicas. Contudo, isso não significa que não tenha havido em nossas terras manifestações brilhantes de aptidão técnica e gênio científico. [...] Entretanto, a maioria deles foi soterrada no turbilhão de outros interesses, mais caros à sociedade vigente, e sepultada numa tradição histórica e historiográfica pouco afeita a realizações desse tipo. [...] (Motoyama, p. 18-19, 2004)

Desde a chegada, em 1808, da família real portuguesa ao Brasil Colônia, a ciência brasileira pode crescer e atualmente, apesar das constantes reduções em verbas para a área e bolsas, conta com um sistema de pós-graduação e de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) que envolveu eventos como: criação de museus e universidades, surgimento de redes pesquisas e grandes empresas nacionais e marcos legais para a política de CT&I. “Quando da criação do que é, atualmente o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), em 1985, o Brasil era responsável por 0,5% da produção científica mundial. Hoje, esse número aumentou para 3,2%, registrando crescimento expressivo” (ABC, p. 7, 2022).

A ciência brasileira, conforme a Associação Brasileira de Ciência (ABC, 2022), vem tendo um desenvolvimento notável, onde a estruturação do seu sistema articulado de instituições tem permitido a produção de resultados e soluções em áreas essenciais que trazem profundos impactos no nosso bem-estar social e economia.

São numerosas as contribuições da ciência brasileira para a agricultura tropical, exploração de petróleo e gás em águas profundas, conservação da biodiversidade, construção de aeronaves, fundação e fortalecimento de

empresas privadas de base tecnológica com protagonismo internacional, medicina, odontologia, criação de um sistema universal de atenção integral à saúde, automação de serviços bancários com qualidade e segurança, grandes projetos de engenharia, compreensão e valoração da riqueza e diversidade cultural e étnica do Brasil e equacionamento de nossos desafios sociais. (ABC, p. 13, 2022)

A influência da ciência na sociedade é inegável: ela está presente em quase tudo que fazemos no dia a dia, afetando nosso bem-estar social e a economia de maneiras que muitas vezes passam despercebidas. “Todas as atividades humanas no Século XXI, do instante em que se acorda ao instante em que se vai dormir, incluindo o período de sono, dependem de algum conhecimento trazido pela ciência e incorporado aos padrões da sociedade dessa época” (Zarbin, p. 2, 2022).

A melhora da qualidade de vida, saúde e bem-estar da sociedade, conforme o autor, advém diretamente da ciência. Esse impacto do desenvolvimento científico pode ser evidenciado, segundo ele, pelo aumento da expectativa de vida que no início do século XX estava entre 35 e 45 anos e que atualmente se encontra próximo aos 80 anos, graças ao desenvolvimento de antibióticos, vacinas, saneamento básico, melhor compreensão do funcionamento dos organismos, entre outros avanços científicos.

A ciência, conforme Zarbin (2022), desempenha um papel importante na sociedade ao ajudar a reduzir desigualdades sociais. Ela é fundamental para impulsionar o crescimento econômico, gerar empregos e proporcione riqueza, além de fortalecer a soberania nacional. “A ciência transforma matéria-prima ou *commodities* em tecnologia, aumentando sobremaneira seu valor agregado, e gerando empresas competitivas, robustas e independentes de flutuações de humores do sistema financeiro global” (Zarbin, p. 5, 2022).

A ciência também desempenha papel na tomada de decisões, fornecendo dados e contribuindo na elaboração de soluções para problemas sociais, além de ter capacidade de influência na cultura e pensamento crítico da população. Para a diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Fernanda Sobral, a participação das Ciências Humanas e Sociais são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. A diretora da SBPC, explica em sua fala durante live realizada pelo MCTI em abril de 2024, em notícia da SBPC:

As Ciências Humanas e Sociais tendem a ser um reflexo da sociedade e, ao mesmo tempo, ter influências sobre ela, mostrando justamente que são um diálogo entre ciência e sociedade da maior relevância na atualidade. Mas, além de serem um reflexo das relações sociais, elas devem explicar os principais

determinantes dos problemas da sociedade e, também, devem contribuir para subsidiar políticas que superem esses problemas (Revadam, 2024)

A evolução da ciência ao longo da história tem trazido, e continua trazendo, impactos variados para a humanidade, moldando nossa forma de viver e de entender o mundo. Suas contribuições para a sociedade abrangem, mas não somente: avanços tecnológicos, melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento econômico e impactos na saúde e bem-estar. Além disso, desempenha um papel fundamental ao oferecer um entendimento essencial sobre a sociedade e o contexto em que estamos inseridos. Seu potencial, embora não seja explorado ao máximo pelos atores políticos, poderia contribuir significativamente para a elaboração de leis e políticas mais acertadas. Apesar de sua centralidade, a ciência enfrenta uma crise de legitimidade que se aprofundou ao longo das últimas décadas, impulsionada por diversos fatores e fenômenos.

1.2 A CRISE EPISTEMOLÓGICA DA CIÊNCIA: ENTRE DESCONFIANÇA E RECONFIGURAÇÃO

Conforme debatido acima, com o estabelecimento da ciência moderna como principal meio de produção de conhecimento, sua capacidade de explicar o mundo e resolver problemas vem sendo reverenciada.

O século XX foi, de fato, marcado por inúmeras transformações e acontecimentos no que tange ao cenário social e ao conhecimento científico. Dentre eles, destacam-se as descobertas da física e da ciência em geral, os avanços tecnológicos proporcionados pela segunda Revolução Industrial, com as novas fontes de energia, eletricidade e petróleo; as duas Guerras Mundiais; a Guerra Fria, com seus investimentos e descobertas no setor bélico; e, posteriormente a partir da segunda metade do século, o surgimento da Cibernética e partir de então as tecnologias informação e a chamada da Sociedade do Conhecimento, frutos da Sociedade Pós-Industrial (Coelho, p. 275, 2016)

No entanto, essa posição de autoridade da ciência vem sendo cada vez mais colocada em dúvida ao longo do tempo. Rotulada como "crise epistemológica" da ciência, esse sentimento desafia as suposições da ciência, seus métodos e suas afirmações de verdade objetiva. O rótulo desse sentimento é complicado pelo que ficou conhecido como "pós-modernismo", que desconfia das grandes narrativas e da autoridade de qualquer forma de conhecimento totalizante, incluindo a ciência.

Segundo Novaes (2006), a condição "pós-moderna", conforme explicada por Grenz, não é resumida pela perda da crença nos mitos da modernidade, mas diz respeito a uma mudança mais profunda que envolve o fim da legitimidade de qualquer mito

dominante, independentemente de sua natureza. Essa era marcou a desmoronada das grandes narrativas que, no passado, davam sentido e coerência à experiência humana. Tudo parece questionado, dando espaço a uma variedade de histórias que muitas vezes entram em conflito umas com as outras.

Essa condição afeta não apenas a credibilidade do conhecimento científico, mas atinge também todas as instituições epistêmicas, capazes de produzir conhecimento/informação qualificada que ajude na tomada de decisão. A crise dessas instituições desafia não apenas o sistema judiciário, mas também a ciência, os movimentos sociais e diversos outros setores. Conforme Oliveira *et al.* (2021), o Brasil enfrenta uma crise institucional desde 2013, o que influenciou a maneira como a opinião pública se posiciona em relação às instituições epistêmicas como a mídia e a ciência.

No caso brasileiro, a crise epistemológica da ciência foi intensificada por dinâmicas políticas recentes, especialmente durante a pandemia de COVID-19. O governo do então presidente Jair Bolsonaro promoveu o descrédito das instituições científicas, disseminou desinformação e estimulou a polarização ideológica em torno de temas científicos através de uma agenda marcada, conforme apontado por Oliveira *et al.* (2021), pela: politização do debate sobre medicamentos, tentativas de desacreditar instituições científicas, ataques a jornalistas e apoio a grupos extremistas de direita. Comportamento este que faz parte de uma crise epistêmica dentro de um projeto populista para enfraquecer o regime democrático por meio da deslegitimação das instituições epistêmicas.

Neste momento de virada iliberal, os direitos individuais se sobrepõem aos direitos coletivos, e a vontade do povo se manifesta através da supressão da diversidade na sociedade civil. Essa supressão coincide com o enfraquecimento da confiança em instituições intermediárias, como a imprensa e a evidência científica (Oliveira *et al.*, p. 167, 2021, tradução nossa)³

Na ciência contemporânea, Signates (2012) destaca que enfrentamos diversas crises, resultado de uma combinação de fatores diferentes. O autor identifica três crises principais, que têm sido alvo de debates mais acalorados entre filósofos, epistemólogos e cientistas, especialmente nas áreas de ciências humanas e sociais: a crise da verdade, a crise de especialização e a crise social. A seguir, apresentamos cada uma dessas crises,

³*In this illiberal turn, individual rights overlap with collective rights, and the will of the people is manifested through the suppression of diversity in civil society. This suppression coincides with the weakening of trust in intermediary institutions, such as the press and scientific evidence.*

com base no autor, concordando com ele no entendimento de que estas são desafios fundamentais à ciência.

A crise da verdade se refere à perda de consenso sobre os critérios que definem a verdade científica, em um contexto de relativização dos fatos e de disputa entre racionalidades concorrentes. De acordo com Signates (2012), esta crise é marcada pelo fim das certezas e dos grandes relatos, refletindo a ideia de que a ciência é um campo de incertezas, onde a busca pela verdade é constante, sem garantia de encontrá-la definitivamente, apenas de maneira provisória.

A verdade não passa de um valor encontrável –ou não –na linguagem, em proposições, cujo sentido poderá sempre ser posto em causa, seja pela exigência de referências no mundo objetivo, seja pela presença da discordância no mundo intersubjetivo, seja pelo surgimento de desconfianças fundadas, no mundo subjetivo (Signates, p. 143, 2012)

A crise das especializações na ciência, diz respeito à fragmentação do conhecimento em especialidades cada vez mais isoladas, comprometendo a articulação entre saberes e o diálogo interdisciplinar. Segundo o autor, no movimento de se aprofundar em áreas cada vez mais específicas, os cientistas perderam a capacidade de articular teorias gerias e/ou de integrar conhecimentos de diferentes disciplinas.

Já na chamada ‘crise social da ciência’, fundamentada por Signates (2012) a partir das ideias de Boaventura de Sousa Santos, denuncia a incapacidade da ciência moderna em cumprir as promessas de justiça social e bem-estar coletivo, ao mesmo tempo em que contribui para desigualdades, exclusões e crises ambientais. Se de um lado a promessa de dominar as forças naturais e aplicá-las na produção de riqueza foi cumprida com sucesso numerosas vezes, de outro gerou-se um desequilíbrio, pois o progresso científico e tecnológico contribuiu para problemas sociais e ecológicos graves.

Apesar de a crise epistemológica na ciência colocar em risco sua autoridade, ela também oferece uma chance interessante de revisitar e reconsiderar seus princípios e métodos. Não se deve mais considerar a ciência como uma atividade neutra e superior sobre outras formas de conhecimento; é mais apropriado entender a ciência como prática social situada que revela uma forte influência dos nossos valores sociais e culturais. Isso indica que a ciência moderna precisa ampliar seu entendimento, incorporando também conhecimentos tradicionais e locais. Essas formas de saber apresentam perspectivas complementares que enriquecem e aprofundam nossa compreensão do mundo.

Essa necessidade da inclusão de atores não científicos no processo de decisões científicas, foi proposta por Funtowicz e Ravetz (1997) com o nome de “ciência pós-normal”. “Os novos participantes não apenas enriquecem as comunidades tradicionais de pares, criando o que se pode chamar de “comunidades ampliadas de pares”, como são necessários para a transmissão de habilidades e para a garantia da qualidade dos resultados” (Funtowicz e Ravetz, p. 228, 1997).

Esse modelo exige um deslocamento ético e político na produção e circulação do conhecimento, reconhecendo que a ciência não é neutra nem autônoma, mas está atravessada por interesses, valores e disputas. Diante da desinformação e do negacionismo, a comunicação científica torna-se elemento essencial para a reconstrução da confiança e da legitimidade social da ciência. Mais do que informar, comunicar ciência é promover o diálogo, a transparência e a responsabilização social da atividade científica.

É nesse cenário de disputas epistemológicas e reconfiguração institucional que se insere a comunicação e o jornalismo científico, cujas potencialidades e contradições serão examinadas nas próximas seções.

1.3 COMUNICAÇÃO E JORNALISMO CIENTÍFICO: MEDIAÇÕES ENTRE O SABER E A ESFERA PÚBLICA

A comunicação, em seu sentido mais amplo, serve como a base fundamental que sustenta a organização dos nossos processos sociais, culturais e simbólicos. Trata-se de uma atividade fundamental para a convivência em sociedade, atuando tanto na criação quanto na disseminação de significados. O processo comunicativo, quando eficaz, permite que as pessoas compartilhem significados e construam entendimentos comuns, sendo considerado por França (2001), como algo vivo, dinâmico e instituidor. É por meio da comunicação, segundo a autora, que podemos estabelecer sentidos e criar relações, onde ao mesmo tempo que dizemos algo, assumimos diferentes papéis e vamos nos construindo socialmente (enquanto indivíduos e coletivamente). A comunicação vai além de passar apenas informações; ela funciona como uma ponte para facilitar o entendimento cultural e político.

No contexto organizacional, essa medição é ainda mais estratégica. Duarte e Monteiro (2009) a comparam com o oxigênio que sustenta a vida das organizações, cruzando todos os setores, relações, fluxos de informação, incluindo os espaços de

interação e diálogo. Os autores argumentam que a comunicação não pode ser considerada estática, mas sim um processo que está em constante evolução e mutação. Esse processo permeia todos os aspectos da vida e envolve a troca de informações, resultando em interações e influências mútuas entre os elementos de um sistema ou subsistema, contribuindo assim para a estrutura e funcionamento do conjunto.

Ainda para os autores, a comunicação não se limita à simples disseminação de informações, pois inclui também o desenvolvimento de relacionamentos, sendo que informações conduzem a interações, que por sua vez influenciam comportamentos. Ao encontro com a perspectiva relacional apresentada por França, que vê a comunicação como “instância constituidora da dinâmica social” (França, p. 112, 2018), a comunicação institucional é atravessada por disputas, valores e interesses, configurando-se como um espaço de tensões entre a promoção institucional, a função pública e o compromisso com a cidadania.

No campo científico, a comunicação torna-se particularmente relevante diante da complexidade dos temas abordados, da especialização crescente do conhecimento e da distância entre a comunidade acadêmica e os diferentes públicos. Conforme argumentado por Signates (2012), embora a crise da ciência também atinja a comunicação, esta se encontra em posição privilegiada para seu enfrentamento. No cenário da crise da verdade, a comunicação ganha destaque, de acordo com o autor, porque ela é diretamente impactada pela ideia de que a verdade é relativa. Além disso, como argumentam filósofos como Habermas, a própria concepção de verdade é formada de maneira comunicativa, por meio de um consenso construído entre especialistas.

Acreditamos, assim como Signates (2012), que uma comunicação eficaz pode ser fundamental para superar os desafios enfrentados pela ciência. Possibilidade que é vislumbrada exatamente pela sua capacidade de integrar saberes, linguagens e experiências humanas, sem buscar uniformizá-los.

Como ciência, a comunicação é interdisciplinar e, portanto, tem seu modo próprio de romper com a crise – ao não se conformar como campo disciplinar autóctone e assumir de vez a perspectiva do campo de saberes, próximo ao que sugere Rüdiger. Mas, não apenas isso. A interpretação comunicativa da crise das ciências apenas se completa naquilo que se configura como possibilidade no enfrentamento da crise social da ciência. (Signates, p. 145, 2012)

A comunicação atua como uma ponte essencial entre a ciência e o público, desempenhando um papel fundamental na democratização do conhecimento, no incentivo

ao avanço científico e na formação de uma sociedade mais consciente e participativa. Sabemos, enquanto membros da comunidade acadêmica, que as universidades desempenham papéis fundamentais na pesquisa, no ensino, na extensão, na tecnologia e na inovação. Essas atividades contribuem para que essas organizações, segundo Kunsch (1992), estejam melhor posicionadas para ajudar na construção de uma sociedade mais desenvolvida e aprimorada. No entanto, a autora destaca que uma das dificuldades enfrentadas por essas instituições ainda persiste, mesmo após tanto tempo:

Falta-lhe talvez uma aproximação maior com a sociedade, tornando-se mais transparente, difundindo sua produção científica, descendo da “ilha do saber” para o homem comum. Assim, certamente, ela será mais valorizada e mais bem compreendida por todos os cidadãos. (Kunsch, p. 38, 1992)

A autora destaca que é a comunicação o meio que viabiliza o relacionamento entre a universidade e os seus diversos públicos. “Daí a importância de um sistema planejado de comunicação para difundir de forma eficiente e eficaz a sua produção científica e, com isso, abrir as suas portas a todos os segmentos da sociedade civil” (Kunsch, p.10, 1992). A importância da comunicação na relação entre a universidade e seus múltiplos públicos, é enfatizada pela autora, que destaca a missão de irradiar pesquisas, debates, discussões e avanços nas diversas áreas como ciências, tecnologia, letras, artes e muito mais.

É nesse contexto que se insere o jornalismo científico, compreendido como uma subárea especializada da comunicação que opera na interface entre a ciência e a sociedade. O jornalismo científico tem um papel importante na chegada do conhecimento científico ao público de forma mais acessível. Segundo Orlandi (2001), ele facilita a troca de informações e incentiva os leitores a participarem ativamente do entendimento dessas ideias. Além disso, Calado (2006) destaca que esse tipo de jornalismo se tornou essencial na nossa sociedade, que vive um ritmo acelerado de inovações e descobertas nunca vistos antes.

Dentre o amplo espectro da comunicação, vemos o jornalismo científico como um instrumento comunicacional que permite a interação entre a universidade com a sociedade. Bertolli Filho (2006) descreve o conceito de jornalismo científico como um produto midiático que aborda questões relacionadas à ciência e tecnologia, seguindo as normas convencionais do jornalismo. O jornalismo científico funciona como uma ponte entre os especialistas e o público, ajudando a transformar ideias e descobertas complexas em uma linguagem mais acessível para todos. É caracterizado pelo autor por uma

linguagem que facilita a compreensão do público em geral, mesmo para aqueles que não possuem um conhecimento técnico específico sobre o tema.

Medina (2006) destaca que a aproximação entre ciência e jornalismo se deu a partir de necessidades mútuas: de um lado, a ciência precisava sair de sua reclusão e dialogar com a sociedade; de outro, o jornalismo buscava se especializar e dar conta de temas cada vez mais complexos. Oliveira (2005) destaca que a divulgação científica pela imprensa é frequentemente vista como uma das primeiras manifestações do jornalismo especializado.

Nesse sentido, Bueno (2010) afirma que o jornalismo científico representa um segmento específico da divulgação científica, destinado a um público não especializado, mas mantendo os princípios da produção jornalística. O jornalismo científico busca promover uma sociedade mais engajada e informada pelo conhecimento científico, incentivando o interesse público pela pesquisa acadêmica e tornando as descobertas mais acessíveis a todos. Por meio dele, as descobertas científicas podem ser compartilhadas, debates científicos podem ser amplificados e o impacto de pesquisas pode ser amplamente compreendido.

Logo, o jornalismo científico não serve apenas para relatar as descobertas científicas, mas também para contextualizar essas informações, explicar as implicações sociais e éticas e, em alguns casos, criticar abordagens ou resultados da pesquisa. Mais do que simplificar ou traduzir conteúdos técnicos, o jornalismo científico atua como mediador cultural e político, selecionando temas, enquadrando interpretações, atribuindo relevância e construindo narrativas sobre a ciência. Oliveira destaca que “[...] jornalismo científico de qualidade deve demonstrar que fazer C&T é, acima de tudo, atividade estritamente humana, com implicações diretas nas atividades socioeconômicas e políticas de um país” (Oliveira, p. 14, 2005). A comunicação da ciência, quando realizada sob essa perspectiva, deixa de ser instrumento de propaganda institucional e se aproxima do ideal democrático de uma ciência aberta, reflexiva e comprometida com o bem comum.

Zamboni (2001) destaca que o jornalismo científico incorpora elementos inerentes ao jornalismo convencional, na observância de padrões como periodicidade, atualidade e disseminação em massa. Ele salienta que o jornalismo, enquanto uma disciplina profissional com sua própria linguagem e formas específicas de produção, possui características distintas e gêneros particulares. Pressupõe-se assim “[...] um processo de

redecodificação, isto é, a transposição de uma linguagem não especializada, com objetivo primordial de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência.” (Bueno, p.162, 2009). Nesse sentido, Caldas (2004) defende um amplo debate sobre em que medida, cientistas devem ou não decidir sobre a política científica do país, em temáticas como transgênicos, clonagem e tantos outros que possuem efeitos sobre a vida da população.

No entanto, essa abordagem apresenta alguns desafios. Muitos assuntos científicos podem ser bastante complexos, o que aumenta a necessidade de profissionais bem preparados para entender os detalhes técnicos e, ao mesmo tempo, conseguir comunicar o conteúdo de forma clara ao público. Bertolli Filho (2006) enfatiza isso como um dos desafios constantes enfrentados neste campo particular da comunicação.

[...] se é comum invocar-se o despreparo do público para entender os fatos e os conceitos empregados pelos cientistas, é necessário se ressaltar que os próprios profissionais da comunicação tendem a demonstrar o mesmo ou até superior (des)conhecimento. (Bertolli Filho, p. 9, 2006).

Em contraponto, Rublescki (2009) aponta como conquista, em relação ao preparo dos profissionais da imprensa no jornalismo científico, o crescimento de cursos especializados nessa área por todo o país, em diferentes níveis. A autora sugere que essa especialização no jornalismo científico pode resultar numa configuração distinta nas equipes de redação dos jornais diários, pois levaria os profissionais a terem uma compreensão mais profunda, estando mais preparados para lidar com a ampla gama de tópicos que caracterizam o jornalismo científico.

Existe também o perigo de transformar a ciência em uma espécie de solução milagrosa, ou de criar espaços onde interesses ou ideologias diferentes possam ganhar força, sem realmente contribuir para uma democratização genuína. Sendo assim, se faz necessário salientar que:

Confundir interesse público com interesse do público é incorrer num erro gravíssimo. Mesmo porque a prática da cidadania, aplicada ao universo da informação implica mudanças nas pautas de modo a favorecer os cidadãos, permiti-lhes entender o mundo em que vivem e, sobretudo, ensina-lhes a separar o joio do trigo (Bueno, p.38, 2004)

A maneira mais importante da Universidade se comunicar, conforme destaca Muniz (2018), é através de sua assessoria de imprensa, de seu jornalismo próprio. Prática que, para ele, precisa ser consolidada como forma privilegiada de expressão institucional. Nesse sentido, a produção jornalística oficial deve assumir o compromisso com a mediação e a explicitação, em vez da retórica triunfalista ou tecnocrática.

O jornalismo oficial deve ser oficial porque consolida, enraíza, “constitucionaliza”, “oficializa” na Universidade um princípio simples mas potentíssimo: se a Universidade é a casa do conhecimento, da pesquisa, da dúvida metódica, da troca e também do embate (civil e respeitoso) de ideias, então sua comunicação por excelência é a jornalística, a que questiona, relativiza, contextualiza e põe às claras as diferenças de opinião, sem impedimentos ou interdições.” (Muniz, p.41, 2018)

Oliveira endossa que “(...) os órgãos governamentais, os institutos de pesquisa, as universidades e a comunidade científica são o ponto de partida para incentivar a divulgação de C&T no país de maneira contínua e eficaz” (Oliveira, p. 54, 2005). Logo, o jornalismo científico realizado nas IES, como instrumento de Comunicação Pública, tem poderoso potencial para a democratização da ciência, mas para tanto, deve conduzir a discussão sobre questões científicas e sobre o papel dos cientistas na sociedade.

[...] muitas vezes, a sociedade não dá muito valor à universidade porque desconhece toda a sua atuação. Principalmente no que tange à sua produção científica, já que no ensino e nos serviços de extensão há um contato social direto entre a universidade e aqueles que a procuram.” (Kunsch, p. 58, 1992)

A comunicação, especialmente o jornalismo científico, desempenha um papel essencial na formação de uma sociedade bem informada, capaz de compreender e enfrentar os desafios atuais do mundo. O jornalismo científico desempenha um papel essencial ao transformar a complexidade do conhecimento em uma linguagem mais acessível. Ele atua como uma ponte entre a ciência e a sociedade, ajudando a formar uma cidadania mais crítica e bem-informada. Para alcançar esse objetivo, é essencial que ele seja guiado não apenas pela busca por reconhecimento institucional, mas também pelo compromisso genuíno com o interesse público e pelo fortalecimento de uma esfera pública bem informada e diversa.

1.4 CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIÊNCIA PARA O JORNALISMO CIENTÍFICO

A compreensão da ciência como construção social representa um marco nas reflexões contemporâneas sobre o conhecimento científico, especialmente quando se trata da interface entre ciência e comunicação. Tal perspectiva rompe com a visão positivista da ciência como produtora de verdades absolutas e neutras, reconhecendo que o conhecimento científico é fruto de processos sociais, históricos, culturais e políticos.

Latour e Woolgar (1997), argumentam que os "fatos científicos" não são revelações puras da natureza, mas produtos estabilizados por meio de práticas laboratoriais, interações entre cientistas, negociações discursivas e aparatos técnicos. Ao

acompanhar etnograficamente o cotidiano de um laboratório, os autores demonstram que o conhecimento científico emerge de disputas internas, traduções retóricas e processos de convencimento. Tal abordagem evidencia que o cientista não é apenas um observador neutro, mas um agente imerso em um campo social, engajado na produção e manutenção de consensos sobre o que deve ser aceito como verdade.

Essa abordagem influencia diretamente a forma como o jornalismo científico é praticado, especialmente em contextos de instituições como universidades públicas. Se a ciência é uma construção social, então o jornalismo que a comunica também participa ativamente dessa construção, ao selecionar temas, enquadrar abordagens, legitimar vozes e delimitar o que será reconhecido como saber válido. Nesse sentido, o jornalismo científico vai além de simplesmente traduzir informações de forma neutra. Ele atua como um intermediário que navega por disputas que são, ao mesmo tempo, simbólicas, epistemológicas e políticas.

Nesse contexto, a ideia de coprodução, como sugerida por Jasanoff (2004), ganha uma importância central. Para a autora, ciência e ordem social são coproduzidas: os modos como a sociedade se organiza influenciam o que é considerado conhecimento válido, assim como os resultados científicos influenciam as normas sociais, políticas e culturais. O jornalismo científico, como instância de mediação, ocupa papel central nesse processo, pois participa da construção da autoridade científica e da legitimação dos saberes. Ao destacar determinadas pesquisas e silenciar outras, ao exaltar certas descobertas e omitir controvérsias, os comunicadores operam como filtros simbólicos que condicionam a forma como a ciência será percebida pela sociedade.

Essa mediação fica ainda mais evidente quando pensamos nos portais institucionais das universidades públicas como locais-chave na construção de significado. Bourdieu (2004) argumenta que o campo científico é também um campo de poder: um espaço de lutas simbólicas, onde os agentes disputam diferentes tipos de capital (científico, acadêmico, simbólico) para impor sua autoridade e visões de mundo. À medida que as equipes de comunicação das universidades decidem quais pesquisas enfatizar, quais cientistas entrevistar e como moldar suas histórias, elas desempenham um papel na formação da autoridade simbólica dentro do ambiente acadêmico. Essas decisões, embora pareçam imparciais por serem baseadas em critérios técnicos, na realidade são influenciadas por interesses institucionais, pressões externas e estratégias de destaque.

As universidades, nesse contexto, operam como espaços privilegiados de produção e circulação de capital simbólico, e suas assessorias de comunicação tornam-se peças-chave para a consolidação de determinada imagem pública da ciência. Essa luta pela visibilidade é permeada por estratégias de distinção e legitimação que não se limitam à lógica interna da ciência, mas dialogam diretamente com exigências institucionais, políticas de financiamento e interesses sociais mais amplos.

Essa lógica seletiva tende a privilegiar pesquisas com maior apelo tecnológico, repercussão midiática ou alinhamento com agendas institucionais de prestígio, em detrimento de investigações desenvolvidas nas humanidades ou com escopos localizados. Essa tendência acaba aprofundando as diferenças no acesso ao conhecimento e acaba deixando de lado vários saberes essenciais para entender melhor a realidade social. A crítica bourdieusiana revela como a comunicação institucional pode funcionar como mecanismo de distinção simbólica, legitimando certos modos de fazer ciência e marginalizando outros.

A Teoria da Construção Social da Tecnologia (SCOT), formulada por Pinch e Bijker em 1984, oferece uma visão importante sobre como a ciência é influenciada pelos aspectos culturais, reforçando a ideia de que ela funciona como um produto social e cultural. Os autores argumentam que os artefatos tecnológicos – e, por analogia, os conhecimentos científicos – não resultam apenas de lógicas técnicas ou racionais, mas são moldados por disputas entre diferentes grupos sociais, cada um com seus interesses, valores e interpretações. Essa abordagem permite perceber que a seleção dos temas científicos a serem divulgados, a forma como são narrados e os públicos a quem se destinam são elementos atravessados por escolhas políticas, econômicas e culturais.

No campo da comunicação institucional, essa leitura revela como os portais universitários não são apenas vitrines neutras de divulgação, mas dispositivos ativos na conformação dos sentidos da ciência. A predominância de uma linguagem celebratória e institucionalizada, voltada à promoção da imagem da universidade, pode comprometer a pluralidade de vozes e a problematização crítica que caracterizam o ideal de uma ciência pública e comprometida com a sociedade. Nesse ponto, a crítica construtivista aponta para a necessidade de práticas comunicacionais mais reflexivas, que reconheçam os conflitos, dilemas éticos e incertezas envolvidos na produção científica.

Como aponta Jasanoff (2004), a autoridade da ciência não surge de forma natural ou automática; ela é algo que se constrói dentro de contextos específicos, nos quais o jornalismo desempenha um papel fundamental. Portanto, ao incorporar os referenciais construtivistas na análise do jornalismo científico institucional, amplia-se a capacidade de compreender os processos pelos quais a ciência é legitimada, representada e disputada no espaço público. O jornalismo científico, longe de ser um espelho da realidade científica, é uma prática discursiva situada, que contribui para definir o que conta como ciência e quem é autorizado a falar em seu nome.

1.5 PORTAIS INSTITUCIONAIS COMO DISPOSITIVOS ESTRATÉGICOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

A consolidação da sociedade em rede e a centralidade da informação nas dinâmicas contemporâneas reposicionaram a comunicação digital como um eixo estruturante da relação entre instituições e seus públicos. Conforme argumentam Duarte e Monteiro (2009) nossa sociedade transacionou de um modo de produção, baseado na indústria, para um modo de informação, sendo ela um recurso essencial para sustentar os sistemas formados pela sociedade e suas organizações.

Para os autores, nossa realidade atual é caracterizada por uma dinâmica contínua, onde os indivíduos se encontram em constante movimento. Logo, as organizações são mais adaptáveis e receptivas à formação de redes, frequentemente de natureza efêmera. Eles descrevem essa como uma nova sociedade que se reconstrói com bases renovadas, adotando novas estruturas de informação, tecnologias de comunicação, modos de interação e dinâmicas de poder.

Nesse novo cenário, marcado pela fluidez, pela reconfiguração constante e pela multiplicidade de plataformas, os portais institucionais emergem como ferramentas privilegiadas de mediação entre o saber acadêmico e a sociedade. Na busca, ou o acesso a informações sobre C&T na internet, de acordo com a Pesquisa Percepção Pública da C&T no Brasil – edição 2023 (CGEE, 2024), sites de instituições de pesquisa (que neste trabalho estamos denominando portais) ficam em 5º entre os meios mais utilizados, correspondendo a 19% e ficando atrás apenas de plataformas de redes sociais como Instagram, Facebook, YouTube e WhatsApp. Esse dado revela o potencial comunicacional dos portais institucionais, especialmente em contextos marcados pela desinformação científica, como os observados nos últimos anos.

Os portais das universidades públicas atuam como pontos de contato essenciais, funcionando tanto como representações simbólicas quanto como canais práticos de interação entre a instituição e o público. Mais do que repositórios de dados, constituem-se em espaços de visibilidade e legitimação institucional, permitindo a divulgação de pesquisas, a prestação de contas, a promoção de eventos e a comunicação de iniciativas estratégicas. Santos (2016) define o portal como uma página designada na internet que funciona como ponto de entrada direto para diversos conjuntos de serviços e informações. Esta página aborda seções específicas relacionadas a um tema ou área de conhecimento particular. Porto (2010) complementa essa definição ao enfatizar que os portais são espaços que permitem a divulgação pela própria instituição de suas pesquisas e descobertas científicas e tecnológicas, sendo possível o acesso a “notícias sobre a realização de eventos e principais iniciativas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil” (Porto, 2010, p.77-78). A seguir, destacamos a importância dos portais institucionais para as universidades, evidenciando como eles são essenciais para fortalecer a comunicação, fornecer informações relevantes e melhorar a presença digital dessas instituições.

Os portais institucionais funcionam como centros de informações, reunindo e divulgando atividades acadêmicas, projetos e resultados de pesquisas. Normalmente, eles atendem a três principais públicos: estudantes e servidores dentro da própria instituição, pesquisadores e colaboradores de fora, além do público geral interessado nas ações e novidades da instituição. Gaspar *et al.* (2019) observam que os portais desempenham um importante papel na transformação do conhecimento dentro das universidades, especialmente no que se refere à externalização e à combinação dos conhecimentos já existentes. Os autores, verificaram que nos portais de universidades públicas é possível encontrar “conteúdos voltados à disseminação de grupos de pesquisa, projetos de pesquisa, pesquisas efetuadas, projetos interinstitucionais, treinamento e capacitação de docentes e funcionário e ainda acesso a documentos oficiais ou institucionais.” (Gaspar *et al.*, p. 130, 2019).

Os portais também assumem uma função central na política de transparência pública das universidades, disponibilizando dados sobre financiamento, estrutura, número de projetos e resultados. Silveira (2016) percebe que portais de universidades federais do nordeste brasileiro atuam na disponibilização de informações e prestação de contas para a sociedade conforme estabelece a legislação brasileira sobre transparência

pública. Entretanto, a autora destaca que apenas disponibilizar dados e o seu acesso não basta, havendo uma carência na contextualização e explicação dos dados, sendo poucos os esforços para difusão dessas informações quando comparado com o volume e impacto delas. A informação científica, nesse sentido, não pode ser concebida apenas como dado bruto, mas como narrativa situada, cujo potencial comunicativo depende da mediação que a transforma em conteúdo compreensível e socialmente relevante.

Nesse cenário, o jornalismo científico institucional assume um papel importante ao escolher, interpretar e comunicar as pesquisas realizadas nas universidades. Bueno (2018) ressalta que, já há algum tempo, esses ambientes virtuais têm papel na divulgação científica, tornando mais acessíveis as pesquisas realizadas por essas instituições e, frequentemente, incentivando a interação com os pesquisadores.

Muitos desses portais incluem salas de imprensa, com o objetivo de promover a interação com os profissionais de imprensa, publicam notícias/reportagens elaboradas pela assessoria ou coordenadoria de comunicação e, em alguns casos, disponibilizam vídeos de divulgação científica. (Bueno, p.58, 2018)

Essa função vai além de simplesmente garantir visibilidade; ela envolve uma responsabilidade na comunicação com a sociedade, bem como um compromisso com a integridade científica, a diversidade de abordagens epistemológicas e a participação na crítica pública. O crescimento do negacionismo científico e da cultura da pós-verdade torna essa responsabilidade ainda mais urgente e importante. Como argumentam Lewandowsky, Ecker e Cook (2017) a era da pós-verdade não é definida apenas por informações incorretas, mas pela disseminação de crenças que ignoram ou rejeitam evidências científicas estabelecidas. Para os autores, o comportamento negacionista não é apenas uma consequência da falta de conhecimento, mas uma rejeição intencional de consensos científicos, especialmente em temas como mudanças climáticas, evolução e vacinas.

Uma característica óbvia de um mundo pós-verdade é que ele capacita as pessoas a escolherem sua própria realidade, onde fatos e evidências objetivas são superados por crenças e preconceitos existentes. Isso pode ser amplificado por líderes que modelam a decepção e a ilusão como meios adequados para obter apoio. Nesse mundo, mentir não é apenas aceito, é recompensado. Falsificar a realidade não se trata mais de mudar as crenças das pessoas, mas sim de afirmar o poder. (Lewandowsky, Ecker e Cook, p.361, 2017, tradução nossa)⁴

⁴ *An obvious hallmark of a post-truth world is that it empowers people to choose their own reality, where facts and objective evidence are trumped by existing beliefs and prejudices. This can be amplified by leaders who model deception and delusion as adequate means to garner support. In this world, lying is not only*

Ao oferecer conteúdo confiável e de alta qualidade, os portais institucionais se consolidam como fontes de informação confiáveis, assumindo um papel importante no enfrentamento desses fenômenos. Entretanto, Kahan (2015), aponta que a comunicação científica deve ser não somente informativa, focada exclusivamente na apresentação de dados, mas também persuasiva e atenta aos contextos culturais e identitários. Desafio semelhante ao proposto por Reyna (2021), que considera que para lutar contra a desinformação é preciso que as mensagens científicas sejam emocionalmente envolventes e ligadas aos valores das pessoas, para que elas possam “captar a essência” das informações certas.

A comunicação científica precisa mudar o foco de apenas memorizar fatos para alcançar entendimento, mantendo sua integridade, mas sem evitar emoções e valores. [...] Mudar representações mentais por si só não é suficiente; é preciso que essas representações estejam conectadas a valores. (Reyna, p. 5, 2021, tradução nossa)⁵

Portanto, os portais institucionais são muito mais que canais técnicos de comunicação: são dispositivos discursivos que produzem sentidos sobre a ciência, configuram regimes de visibilidade e moldam a percepção pública da universidade. Em um momento em que a desinformação está em alta, seu papel ganha ainda mais relevância. Ele se torna um espaço essencial para combater o negacionismo, promover a cultura científica e atuar como uma ponte crítica que conecta a universidade à sociedade. Eles atuam como uma janela para o mundo acadêmico, facilitando o acesso às pesquisas, promovendo a compreensão da ciência e fortalecendo os vínculos entre as instituições de ensino superior com a sociedade.

Nesse sentido, a análise da produção jornalística nos portais institucionais das universidades públicas de Mato Grosso exige atenção aos modos como os textos reforçam ou tensionam determinados paradigmas de ciência. A partir da abordagem construtivista, é possível compreender como se configuram os discursos sobre ciência que circulam nos portais, quais atores são convocados como porta-vozes do saber legítimo, quais formas de conhecimento são valorizadas e quais permanecem à margem. Essa abordagem vai além do aspecto teórico e também traz uma dimensão política, mostrando como as

accepted, it is rewarded. Falsifying reality is no longer about changing people's beliefs, it is about asserting power.

⁵ *Science communication needs to shift from an emphasis on memorizing facts to achieving insight, retaining its integrity but without shying away from emotions and values. [...] Changing mental representations is not sufficient by itself; gist representations need to connect to values.*

disputas sobre o que é considerado ciência variam de acordo com o contexto histórico e social.

1.6 A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES E OS DESAFIOS DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

As práticas de comunicação científica realizadas pelas universidades públicas não operam no vazio, mas estão inseridas em lógicas institucionais, rotinas organizacionais e disputas simbólicas. O jornalismo científico produzido por assessorias de comunicação universitárias é atravessado por múltiplos condicionantes: interesses estratégicos, limitações operacionais, disputas por visibilidade e constrangimentos político-institucionais. Entender essas práticas significa reconhecer que a comunicação institucional é um espaço onde mediação e influências de poder estão presentes. Nesse sentido, as práticas de comunicação científica realizadas por assessorias de comunicação universitária configuram-se como instâncias mediadoras entre a ciência produzida internamente e os diversos públicos externos.

A comunicação institucional, conforme Kunsch (2003), deve ser compreendida como função estratégica da organização, voltada à construção de identidade, imagem e legitimidade junto aos públicos. No caso das universidades públicas, esse papel é ainda mais complexo, pois essas instituições não apenas produzem conhecimento, mas também disputam financiamento, visibilidade e reconhecimento em contextos adversos. Em tempos de cortes orçamentários e de ataque à ciência, a comunicação pública das universidades precisa articular a promoção institucional com o compromisso com a transparência e o interesse público.

Nesse contexto, as assessorias de comunicação passam a desempenhar um papel fundamental. Entretanto, nem sempre os comunicadores possuem formação específica em jornalismo científico, o que, aliado a sobrecarga de funções e à escassez de recursos, impacta diretamente na qualidade e quantidade de conteúdos divulgados. Como aponta Duarte (2009), as rotinas diárias das assessorias de comunicação são frequentemente moldadas por restrições como equipe limitada, pressão de tempo e recursos escassos. Isso implica que muitas vezes os conteúdos são produzidos com base em releases institucionais, relatórios internos ou solicitações de visibilidade feitas por setores específicos da universidade, o que pode levar a uma cobertura seletiva e institucionalizada da ciência. Como exemplo, áreas como as humanidades, artes ou ciências sociais

aplicadas frequentemente não recebem tanto reconhecimento ou ênfase em comparação com disciplinas tecnológicas ou biomédicas, que tendem a ser vistas como mais valiosas pela sociedade.

As escolhas editoriais muitas vezes seguem critérios institucionais que acabam valorizando pesquisas com maior impacto midiático ou que se alinham a agendas de prestígio das próprias universidades. Isso pode resultar em uma representação desigual da diversidade científica presente nas instituições de ensino. A divulgação científica, nesse contexto, surge como uma das estratégias principais, muitas vezes integrada às ações de marketing institucional para alcançar esse objetivo. Ao destacar conquistas, premiações e pesquisas com potencial de impacto social ou econômico, as universidades não apenas informam, mas também constroem uma narrativa sobre sua contribuição ao progresso e à inovação. Essa prática nem sempre segue critérios jornalísticos rigorosos ou respeita a diversidade de opiniões científicas, o que pode levar a interpretações distorcidas sobre o que realmente é ciência e quem deve ser reconhecido como seu legítimo produtor.

Essa lógica revela tensões entre os objetivos científicos e comunicacionais: enquanto a ciência opera por meio de processos contínuos, marcados pela incerteza e revisão constante, o jornalismo institucional tende a buscar narrativas acabadas, com resultados aplicáveis e linguagem acessível. Essa seletividade evidencia as disputas simbólicas que permeiam tanto o universo científico quanto o jornalismo institucional, conforme argumenta Bourdieu (2004). Por isso, é fundamental refletir sobre os limites e possibilidades do jornalismo científico realizado nesses espaços, reconhecendo sua importância, mas também suas contradições.

As universidades operam como campos de poder nos quais diferentes grupos disputam a definição legítima do que é ciência, de quem é o cientista e de qual conhecimento merece visibilidade. A comunicação institucional, ao atuar como mediadora dessas disputas, acaba por reforçar certos discursos hegemônicos sobre a ciência, muitas vezes alinhados com a lógica da inovação, da produtividade e da competitividade acadêmica. A comunicação científica nos portais institucionais desempenha um papel importante na formação da percepção pública da universidade e da ciência. É nesse ponto que a perspectiva da comunicação pública se mostra relevante. Bucci (2015) ressalta que:

[...] A comunicação pública se compõe de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. Quanto às suas finalidades, a comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, igreja ou outra associação privada. (Bucci, p. 69, 2015)

Essa concepção amplia o horizonte da comunicação institucional para além do interesse da organização, convocando-a a considerar também os interesses da coletividade, o direito à informação qualificada e a democratização dos saberes produzidos pela universidade. Não é só uma questão sobre informar; é sobre envolver, ouvir ativamente e promover um diálogo aberto.

Entender os portais universitários como dispositivos de comunicação pública implica, portanto, reconhecer sua função social como mediadores do conhecimento. Significa também identificar suas limitações enquanto instrumentos de visibilidade e sua capacidade de reforçar desigualdades epistemológicas, sobretudo quando determinadas vozes ou áreas do conhecimento são sistematicamente silenciadas. O jornalismo científico institucional tende a priorizar abordagens triunfalistas e simplificadas, dificultando o entendimento dos processos, das incertezas e dos conflitos inerentes à prática científica. Tôzo (2024) observa que muitas instituições estão cada vez mais focadas em manter uma imagem positiva, muitas vezes se vendo mais como fontes de informação do que como entidades que contribuem de fato com o conteúdo.

Dessa forma, refletir criticamente sobre as práticas de divulgação científica nos portais das universidades públicas exige considerar tanto as dimensões simbólicas e institucionais da comunicação, quanto seus compromissos sociais e democráticos. Compreender os portais como dispositivos de comunicação pública implica ir além da função promocional e reconhecer sua responsabilidade social. Isso significa repensar as rotinas produtivas das assessorias de comunicação, ampliar a diversidade de vozes, tensionar os enquadramentos celebratórios e valorizar os saberes produzidos nas múltiplas áreas do conhecimento.

Assim, as notícias sobre pesquisas publicadas nos portais não são neutras: elas refletem escolhas editoriais, disputas institucionais e visões de mundo. São construções simbólicas que carregam sentidos, valores e implicações. Reconhecer essa dimensão é essencial para fortalecer uma comunicação mais diversa, refletida e participativa.

2. CONTEXTUALIZANDO AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR INVESTIGADAS

Neste capítulo, pretendesse situar o leitor sobre a rede de Instituições de Educação Superior (IES) presentes em Mato Grosso (MT), conforme dados do Censo da Educação Superior (Censo Superior) do ano de 2022. A partir desse panorama, explicita-se os motivos para a restrição das instituições que são consideradas para esta pesquisa e por fim apresenta-se o histórico e características das IES selecionadas como objetos de pesquisa.

O Censo Superior é uma pesquisa que acontece todo ano em todo o país, conduzida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nela, as IES são obrigadas a declarar as informações solicitadas, por meio de sistema específico, coletando assim diferentes dados sobre as instituições, como: infraestrutura, vagas ofertadas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes, técnicos, docentes, entre outros. O objetivo do Censo Superior é:

[...] oferecer informações estatísticas confiáveis, que permitam conhecer e acompanhar o sistema brasileiro de educação superior; subsidiar o Ministério da Educação com informações estatísticas para as atividades de acompanhamento e avaliação, programas de expansão e de melhoria da qualidade desse nível de ensino, entre outros; disponibilizar dados para o cálculo de indicadores que fundamentem a formulação e a implementação de políticas públicas; e contribuir para o trabalho dos gestores das instituições e demais gestores de governo, de instituições de âmbito público ou privado, pesquisadores, especialistas e estudantes do Brasil e de outros países, bem como de organismos internacionais (INEP, s. d.).

No ano de 2022, conforme dados do painel ‘Estatísticas Censo da Educação Superior’ disponibilizado pelo Inep, foram declaradas ao Censo Superior em MT o total de 70 IES, sendo 66 integrantes da rede privada e quatro da rede pública (INEP, 2023). De acordo com o que está previsto no Artigo 15 do Decreto nº 9.235/2017, as IES são organizadas em diferentes modalidades, como faculdades, centros universitários e universidades (BRASIL, 2017).

Nesse sistema de organização acadêmica, as instituições são inicialmente credenciadas como faculdades, podendo as IES alterarem sua classificação de organização e irem ‘ascendendo’ ao cumprir requisitos específicos na solicitação de credenciamento: de faculdade para centro universitário e de centro universitário para universidade. Nos dois parágrafos a seguir, buscamos fazer uma descrição resumida de cada um desses tipos de IES.

Nas IES que são consideradas faculdades, a ênfase costuma ser em ensinar uma área específica. Os professores têm pelo menos uma pós-graduação. Dentro dessa classificação, a instituição não tem autonomia para criar novos cursos por conta própria; precisa obter autorização do Ministério da Educação (MEC) para isso.

Para ser considerado como centro universitário é necessário entre outros requisitos: corpo docente com ao menos um terço de professores com mestrado ou doutorado e um quinto do corpo docente atuando em regime de tempo integral (BRASIL, 2017). Esse tipo de IES se caracteriza pelo ensino em uma ou mais áreas do conhecimento, possuindo autonomia na criação, organização e extinção de cursos. Já entre alguns dos requisitos para uma IES ser classificada como universidade, estão: oferta de no mínimo quatro cursos de mestrado e dois de doutorado; um terço dos docentes em regime de tempo integral e com titulação de mestrado ou doutorado (BRASIL, 2017). Universidades oferecem uma variedade de cursos em diversas áreas do saber, caracterizadas pela integração intensa entre pesquisa, ensino e extensão. Além disso, possuem autonomia didático-científica para desenvolver suas próprias estratégias e abordagens acadêmicas.

Das 70 IES identificadas em MT, conforme dados do painel do Censo da Educação Superior (INEP, 2023), 59 são faculdades, seis centros universitários, um Instituto Federal (IF) e quatro universidades (Tabela 2). Com a finalidade de reduzir o escopo de pesquisa, levando em consideração as diferentes características dos tipos de IES e buscando assim uma certa unidade na forma de organização e atividades a que se destinam as mesmas, optou-se pelo direcionamento do olhar para as universidades localizadas no estado. Apesar do IF ser equiparado, pelo Decreto 9.235/2017, às universidades federais, neste trabalho essa IES não foi tratada como equivalente à universidade pela presença de diferenças em suas estruturas, que apesar do desenvolvimento de atividades de pesquisa, extensão, ensino de graduação e pós-graduação, possui finalidades e características que não se veem atualmente nas universidades de MT, acabando por as distanciar, como: o foco na educação profissional técnica de nível médio.

Tabela 2 – Relação das IES localizadas em Mato Grosso no ano de 2023, por organização acadêmica e indicando a categoria administrativa

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	NOME DA INSTITUIÇÃO - SIGLA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
IF e Cefet	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT	Federal
Faculdade	Faculdade Anhanguera De Rondonópolis - FAR	Privada com fins
	Faculdades Integradas De Diamantino - FID	Privada sem fins

Faculdade De Ciências Sociais Aplicadas Do Vale Do São Lourenço - EDUVALE	Privada com fins
Faculdade De Alta Floresta - FAF	Privada sem fins
Faculdade Anhanguera de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de Sinop	Privada com fins
Faculdades Integradas De Rondonópolis - FAIR	Privada com fins
Faculdade de Garantã do Norte - UNIFAMA	Privada com fins
Faculdade Católica Rainha Da Paz De Araputanga - FCARP	Privada sem fins
Faculdade Anhanguera De Tangará Da Serra - FITS	Privada com fins
Faculdade De Colider - FACIDER	Privada com fins
Faculdade FASIPE	Privada com fins
Faculdade Católica de Cuiabá – FACC-CBA	Privada sem fins
Faculdade Anhanguera de Sorriso	Privada com fins
Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura - ICEC	Privada com fins
Faculdade Anhanguera de Ciências Sociais Aplicadas de Sinop - FACISAS	Privada com fins
AJES - Faculdade do Vale do Juruena	Privada sem fins
Faculdade Católica de Várzea Grande – FACC-VG	Privada sem fins
Faculdade Anhanguera de Primavera do Leste - FIPL	Privada com fins
Faculdade Unibras do Mato Grosso - FACBRAS	Privada com fins
Faculdade INVEST de Ciências e Tecnologia - INVEST	Privada sem fins
Instituto de Ensino Superior de Cuiabá	Privada com fins
Faculdade de Direito de Alta Floresta	Privada sem fins
Faculdade Centro Mato-Grossense	Privada sem fins
Faculdade de Tecnologia Senai Mato Grosso – FATEC SENAI MT	Privada sem fins
Faculdade Metodista Conexional - FACO	Privada sem fins
Faculdade de Mato Grosso - FAMAT	Privada com fins
Faculdades Evangélicas Integradas Cantares de Salomão - FEICS	Privada sem fins
Faculdade FAIPE	Privada com fins
Faculdade AJES	Privada com fins
Faculdade Católica de Mato Grosso – FACC-MT	Privada sem fins
Faculdade do Norte de Mato Grosso - AJES	Privada com fins
Faculdade de Educação Superior de Tangará da Serra - FAEST	Privada com fins
Faculdade IBG	Privada com fins
Faculdade Fasipe Cuiabá - FFC	Privada com fins
Faculdade Fasipe Mato Grosso - FFMT	Privada com fins
Faculdade Ágora - FAG	Privada com fins
Faculdade do Vale do Rio Arinos - AJES	Privada com fins
Faculdade do Instituto Panamericano - FACIPAN	Privada com fins
Faculdade de Ensino Superior Pelegrino Cipriani - FASPEC	Privada com fins
Faculdade Alffá do Brasil - FAB	Privada com fins
Faculdade EduCareMT – EDUCARE	Privada com fins
Faculdade de Ensino de Pesquisa do Cooperativismo - FEPCOOP	Privada sem fins
Faculdade UNIVEST de Educação - UNIVEST	Privada com fins
Faculdade de Tecnologia de Sinop - FASTECH	Privada com fins
Faculdade de Matupá - UNIFAMA	Privada com fins
Faculdade da Amazônia Legal - FAMA	Privada com fins
Faculdade FASIPE de Rondonópolis - FFR	Privada com fins
Faculdade Unicentral	Privada com fins
Faculdade Garça Branca Pantanal - FGB	Privada com fins
Faculdade de Nova Mutum	Privada com fins
Faculdade FASIPE de Sorriso - FFS	Privada com fins

	Faculdades Integradas de Saúde e Educação do Brasil - FISEB	Privada com fins
	Faculdade FASIPE de Primavera -FFP	Privada com fins
	Faculdade de Nova Mutum - UNIFAMA	Privada com fins
	Faculdade de Lucas do Rio Verde - UNIFAMA	Privada com fins
	Faculdade ATENAS Sorriso	Privada com fins
	Faculdade ATENAS Centro de Mato Grosso	Privada com fins
	UNIMT Faculdades Integradas - UNIMT	Privada com fins
Centro Universitário	Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG	Privada sem fins
	Centro Universitário Unic	Privada com fins
	Centro Universitário La Salle – UNILASALLE-LUCAS	Privada sem fins
	Centro Universitário CATHEDRAL	Privada com fins
	Centro Universitário Estácio do Pantanal - Unipantanal	Privada com fins
	Centro Universitário FASIPE	Privada com fins
	Centro Universitário do Vale do Araguaia - UNIVAR	Privada com fins
Universidade	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT	Federal
	Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado - UNEMAT	Estadual
	Universidade de Cuiabá – UNIC/UNIME	Privada com fins
	Universidade Federal de Rondonópolis - UFR	Federal

Fonte: Censo da Educação Superior, INEP (2023); elaborado pelo autor (2025)

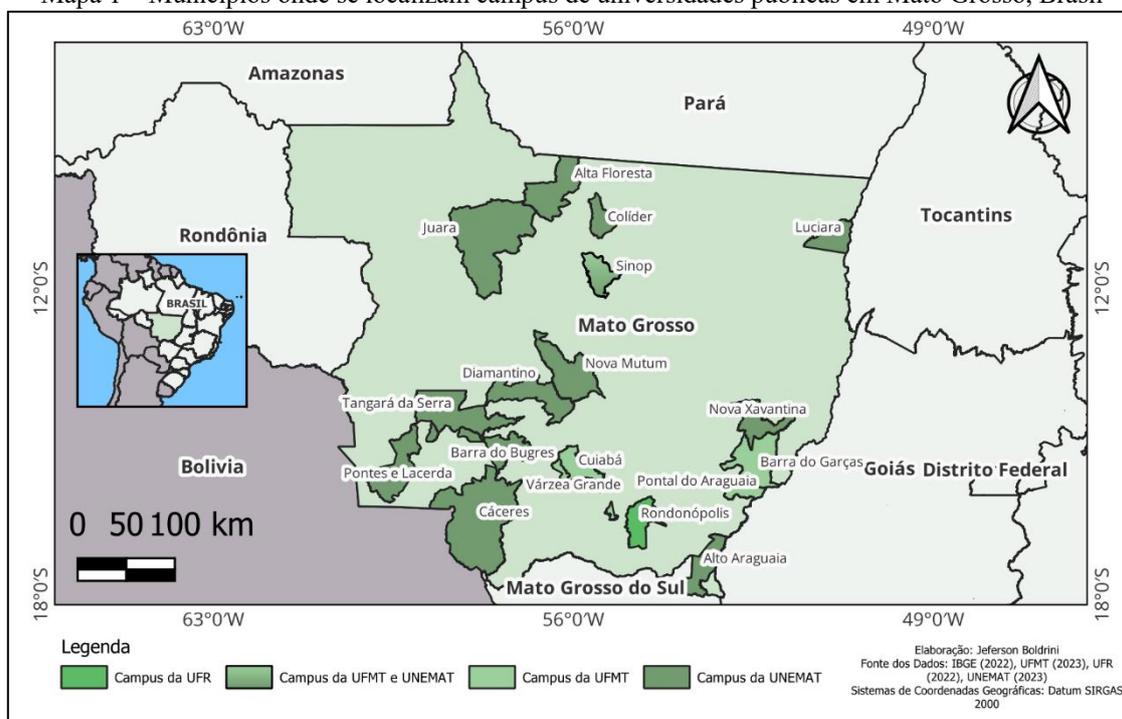
Das quatro instituições de ensino superior em Mato Grosso que são consideradas universidades, três pertencem à rede pública e uma à rede privada. Um estudo de caso desenvolvido por Ferreira e Hill (2007), com duas IES de Portugal (uma do setor privado e uma do setor público), demonstrou uma maior orientação do ensino superior privado para o mercado, enquanto um padrão de cultura institucional. Em nosso país, Lima, Simões e Silva, (2023) ao investigarem as declarações da missão de 161 universidades brasileiras (91 públicas e 70 privadas), revelaram diferenças entre universidades públicas e privadas, sendo enfatizado o compromisso com a cidadania e o desenvolvimento social e sustentável nas públicas e um maior destaque à formação profissional nas privadas.

Considerando assim, que IES privadas e públicas, possuem diferenças significativas no seu modo de organização, recursos e até finalidades, optou-se por restringir esta investigação apenas às universidades públicas, a saber: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT) e Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

Apesar de haver diferenças entre essas universidades, como: a origem do financiamento público (duas são mantidas por recursos do governo federal e uma pelo governo estadual), quantidade de cursos e recursos, entre outras; as mesmas, possuem estruturas de comunicação em seus respectivos organogramas e mantém sites institucionais, com espaço onde se publica notícias produzidas pelas equipes (material

este que é o foco de investigação nesta pesquisa Além disso, essas universidades se distinguem pela cobertura geográfica (Mapa 1), com suas instalações científicas espalhadas por várias regiões de Mato Grosso, oferecendo um acesso mais amplo à pesquisa e ao conhecimento no estado.

Mapa 1 – Municípios onde se localizam campus de universidades públicas em Mato Grosso, Brasil



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Nas seções a seguir, propõe-se uma breve descrição de cada uma das três IES selecionadas, bem como da equipe que integra a sua respectiva estrutura de comunicação.

2.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi criada em 10 de dezembro de 1970, pela Lei nº 5.647/1970, entretanto a IES ressalta que sua trajetória se iniciou antes já que ela se originou da fusão da Faculdade de Direito e do Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá, criados em 1934 e 1966, respectivamente (UFMT, s. d.b). A IES é descrita no Art. 3º da lei de sua criação como “instituição de ensino superior, de pesquisas e estudos nos diferentes ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural” (BRASIL, 1970). É mantida como fundação federal vinculada ao Poder Executivo da União, mais especificamente o Ministério da Educação, tendo como principal atividade de ensino, pesquisa e extensão (UFMT, 2023a).

Sua missão, estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2024 a 2028 da instituição, é: “Formar cidadãos, qualificar profissionais, produzir conhecimentos e inovações conectados com a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar social” (UFMT, 2023c, p. 35). Com a Reitoria situada na capital do estado, Cuiabá, esta IES possui como unidades acadêmicas em sua estrutura quatro campus: o Campus Universitário de Cuiabá, o Campus Universitário do Araguaia (com unidades nos municípios de Pontal do Araguaia e Barra do Garças), o Campus Universitário de Sinop e o Campus Universitário de Várzea Grande (UFMT, 2023a).

Na graduação, de acordo com o Painel de Indicadores da UFMT, em 2021, a universidade oferecia 88 cursos (sendo 62 de bacharelado e 26 de licenciatura) atendendo a um total de 24.753 estudantes com algum tipo de vínculo acadêmico. Na Pós-Graduação em 2023, a instituição oferecia um total de 63 cursos, sendo nove de mestrado profissional, 38 de mestrado acadêmico e 16 de doutorado. Esses cursos atendiam a 2.113 estudantes matriculados, conforme dados da UFMT (2023b).

2.1.1 Estrutura de comunicação da UFMT

As atividades de comunicação institucional da UFMT, tanto com a comunidade acadêmica quanto com a sociedade geral é responsabilidade da Secretaria de Comunicação e Mídias (Secomm), órgão criado em 2012 na estrutura administrativa da IES. A missão da Secomm, de acordo com as informações disponíveis na página oficial da Secretaria no portal da UFMT (s. d.a), é zelar pela imagem da instituição, garantindo transparência, valores e diálogo aberto com a comunidade, seja interna ou externa. Além disso, o objetivo é garantir que as informações e ações da universidade sejam divulgadas de forma clara e acessível, demonstrando a excelência do conhecimento que produz. Isso também envolve promover uma comunicação aberta e diversificada, que dê espaço às diferentes vozes presentes na sociedade.

A Secomm, conforme o determinado pela Resolução nº 58/2023 do Conselho Diretor (CD) da UFMT, é diretamente vinculada à Reitoria. Ainda de acordo com a referida Resolução, esta Secretaria possui em sua estrutura a Coordenação de Comunicação e Imprensa, que por sua vez, agrupa a Gerência de TV e Rádio, a Supervisão de Produção em Rádio e TV, a Supervisão Operacional e Técnica em Rádio e TV, a Supervisão de Jornalismo em Rádio e TV, a Gerência de Imprensa e a Gerência de

Web e Marketing (UFMT, 2023d). Em toda a Secomm atuam 20 servidores(as), organizados entre as diferentes estruturas da secretaria (Tabela 3).

Tabela 3 – Composição da equipe da Secretaria de Comunicação e Multimeios (Secomm) da UFMT, por estrutura, função e número de servidores

ESTRUTURA	FUNÇÃO	QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS)
Secretaria de Comunicação e Multimeios	Secretário(a)	01
	Chefe de Gabinete	01
Coordenação de Comunicação e Imprensa	Coordenador(a)	01
	Assistente em Administração	01
Gerência de Imprensa	Jornalista	03
	Fotógrafo(a)	01
Gerência de Web e Marketing	Gerente	01
Gerência de TV e Rádio	Gerente	01
	Diretor(a) de Imagem	01
Supervisão de Produção em Rádio e TV	Supervisor(a)	01
Supervisor de Operacional e Técnica em Rádio e TV	Supervisor(a)	01
	Técnico(a) em Telecomunicação	01
Supervisão de Jornalismo em Rádio e TV	Supervisor(a)	01
	Assistente de Montagem	01
	Operador(a) de Câmera de Cinema e TV	02
	Jornalista	01
	Diretor(a) de Produção	01
TOTAL		20

Fonte: UFMT (s. d.); elaborado pelo autor (2025)

Ressaltamos ainda que, conforme Resolução nº 58/2023 do Conselho Diretor da UFMT, não existe na estrutura organizacional dos campus universitários da IES órgão ou setor de comunicação, centralizando toda a demanda para a equipe da Secomm vinculada à Reitoria. Cabe a estes servidores(as), respeitando o que é atribuição de cada estrutura e função, a produção de conteúdo e administração dos diferentes canais de comunicação: o [portal institucional](#); a TV Universidade (TVU), emissora afiliada à TV Brasil; os perfis da UFMT nas redes sociais (Facebook, X - antigo Twitter - e Instagram).

2.2 A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO

A criação da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT) se deu em 15 de dezembro de 1993, através da Lei Complementar nº 30/1993; a modificação na denominação da universidade, que passou a

incluir o nome Carlos Alberto Reyes Maldonado, primeiro reitor da UNEMAT, se deu em janeiro de 2019 pela Lei Complementar nº 611/2019. Única universidade pública estadual, seu percurso é iniciado em 1978 com o surgimento do Instituto de Ensino Superior de Cáceres (IESC), considerado como seu projeto fundador (Zattar *et al.*, 2018). O IESC foi estadualizado em 1985, passando a se denominar Fundação Centro Universitário de Cáceres (FCUC); posteriormente, em 1989, passa a chamar-se Fundação Centro de Ensino Superior de Cáceres (FCESC) e por último, como Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso (FESMT), a qual, com a publicação da Lei Complementar nº 30/1993, se torna extinta e passa a integrar a UNEMAT (MATO GROSSO, 1993).

Mantida como fundação estadual, a UNEMAT é vinculada indiretamente ao Poder Executivo de MT, mais especificamente a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECITECI). Sua principal finalidade, de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 319/2008, “é a oferta de ensino superior gratuito, laico e de qualidade, indissociável da pesquisa e da extensão” (MATO GROSSO, 2008). Possui como missão, conforme redefinição do Planejamento Estratégico Participativo (PEP) – 2015-2025:

Oferecer educação superior pública de excelência, promovendo a produção do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e extensão de maneira democrática e plural contribuindo com a formação de profissionais competentes, éticos e compromissados com a sustentabilidade e com a consolidação de uma sociedade mais humana e democrática (UNEMAT, 2018, p. 51).

Com a Reitoria sediada no município de Cáceres (218 km da capital de MT), a UNEMAT possui em sua estrutura didático-científica 13 campus, a saber: Campus Universitário de Cáceres “Jane Vanini”, Campus Universitário de Sinop, Campus Universitário de Tangará da Serra “Eugênio Carlos Stieler”, Campus Universitário de Barra do Bugres “Deputado Renê Barbour”, Campus Universitário de Alto Araguaia, Campus Universitário de Alta Floresta, Campus Universitário de Pontes e Lacerda, Campus Universitário de Nova Xavantina, Campus Universitário de Colíder “Vale do Teles Pires”, Campus Universitário de Juara, Campus Universitário do Médio Araguaia “Dom Pedro Casaldáliga” (localizado no município de Luciara), Campus Universitário de Diamantino “Francisco Ferreira Mendes” e Campus Universitário de Nova Mutum (UNEMAT, 2019).

No ano de 2022, conforme o Anuário Estatístico 2023 Ano base 2022, consta no ensino de Graduação 180 cursos (60 com Oferta Contínua, 39 em Modalidades Diferenciadas e 81 na Modalidade Educação a Distância - EAD) atendendo a 16.860

alunos matriculados. Em 2022, a Pós-Graduação oferecia um total de 40 cursos, incluindo 20 de Mestrado, sete de Doutorado, três na modalidade Mestrado e/ou Doutorado Interinstitucional (MINTER/DINTER) e 10 de Especialização. Nesse período, havia 1.329 estudantes regularmente matriculados, de acordo com os dados da UNEMAT (2023a).

2.2.1 Estrutura de comunicação da UNEMAT

A comunicação na UNEMAT é realizada pela Diretoria Administrativa de Comunicação Institucional, estrutura criada em agosto de 2023 pela Resolução *Ad Referendum* nº 011/2023 do Conselho Universitário (CONSUNI). A nova estrutura altera a Resolução *Ad Referendum* nº 005/2019 - CONSUNI, excluindo assim os órgãos constantes na organização anteriormente: ‘Assessoria de Gestão de Comunicação’ e ‘Supervisão de Imprensa’ (UNEMAT, 2023b).

A estrutura vinculada diretamente à Reitoria (UNEMAT, 2019), “assessora o relacionamento com a imprensa e órgãos de comunicação, cuida da imagem e da promoção da Unemat frente aos diversos segmentos da sociedade e divulga os trabalhos que se realizam no âmbito da Universidade” (UNEMAT, s. d.a). Além da Diretoria Administrativa de Comunicação Institucional, faz parte do setor de comunicação da IES a Supervisão de Artes e Publicações (UNEMAT, s. d.b). Ao todo 10 servidores atuam em toda a estrutura de comunicação (Tabela 4).

Tabela 4 – Composição da equipe de Comunicação da UNEMAT, por estrutura, função e número de servidores

ESTRUTURA	FUNÇÃO	QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS)
Diretoria Administrativa de Comunicação Institucional	Diretor(a)	01
	Técnico(a) administrativo	01
	Cinegrafista	01
	Jornalista	03
	Fotógrafo	01
Supervisão de Artes e Publicações	Supervisor(a)	01
	Diagramador(a)	02
TOTAL		10

Fonte: (UNEMAT, s. d.b); elaborado pelo autor (2025)

A comunicação dentro da Instituição de Ensino Superior está toda concentrada na Reitoria, que coordena as demandas de todos os 13 campus. Além dos profissionais que compõem a estrutura de comunicação, há a ação dos agentes de comunicação (colaboradores) que, sem formação específica na área, contribuem no desenvolvimento

de ações e estratégias específicas que são realizadas localmente nos campus, em articulação com a estrutura profissionalizada (UNEMAT, 2021). Ressalta-se que a criação e produção dos canais de comunicação é de responsabilidade dos profissionais diretamente vinculados à estrutura de comunicação, tendo a IES até este momento os seguintes veículos: o [Portal Unemat](#), os perfis em redes sociais (Facebook, Instagram e YouTube) e a Revista das Profissões (guia para estudantes do Ensino Médio e vestibulando sobre cursos oferecidos pela instituição) (UNEMAT, s. d.c).

2.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS

A Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) foi criada em 20 de março de 2018, de acordo com a Lei nº 13.637/2018, resultando do desmembramento de um campus da UFMT. Entretanto, a sua implantação só foi realizada após a inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e nomeação da Reitora *Pró-tempore* em dezembro de 2019 (UFR, 2024). Seu objetivo, de acordo com o estabelecido no Art. 2º da referida legislação, é “ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional” (BRASIL, 2018).

Sendo a segunda universidade pública federal existente em MT (UFR, 2024), a IES tem como missão, instituída em seu PDI para o quinquênio 2021-2025:

Promover excelência em ensino, pesquisa e extensão, por meio de ações e políticas que incentivem a criatividade, a inovação, a internacionalização, a sustentabilidade e o respeito pelos biomas, privilegiando a formação de profissionais qualificados, éticos e aptos a adaptarem-se às necessidades da sociedade voltadas à construção e à manutenção da democracia e da justiça social (UFR, 2021, p. 21).

Com Reitoria e campus situados no município de Rondonópolis (215 km da capital de MT), a IES atendeu em 2023 a 3.334 alunos matriculados distribuídos em 19 cursos de graduação presencial e 12 cursos de pós-graduação (UFR, 2024). Do número total de alunos matriculados na IES, 310 estavam vinculados a Pós-Graduação, conforme dados do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2023 da IES, entre os cursos ofertados (seis mestrados acadêmicos, dois mestrados profissionais em rede Nacional, um MBA, uma Especialização e duas Residências em Saúde) (UFR, 2024).

A UFR integra, conforme Leocadio, Guimarães e Lira (2023), o grupo das chamadas “Universidades Supernovas”. Este grupo, de acordo com os autores, é formado pelas IES que tiveram seus processos de criações entre os anos de 2018 e 2019, sendo

integrado também pelas instituições: Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAR) e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Essas IES, segundo Cardassi (2023), enfrentam obstáculos na sua organização, como a falta de recursos humanos, orçamento limitado e infraestrutura inadequada.

Por fazer parte desse grupo e devido à implantação recente, a UFR ainda está passando pelo processo de separação administrativa da UFMT. Conforme o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2023 da UFR, “praticamente todas as atividades administrativas estão descentralizadas e em processo de consolidação, e ainda está em desenvolvimento, com a realização de algumas mudanças e adaptações na estrutura da gestão” (UFR, 2024, p. 27-28).

2.3.1 Estrutura de comunicação da UFR

A comunicação da UFR é responsabilidade da Diretoria de Comunicação Social, vinculada à Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PROTIC), conforme instituído pela Resolução nº 49/2022 do Conselho Superior Universitário (CONSUNI/UFR). Esta Diretoria, conforme PDI da UFR onde consta o nome e organização diferente da atual pois levava em conta a estrutura organizacional estabelecida em Resolução vigente na época de elaboração do PDI, é quem planeja e executa as estratégias de comunicação consideradas prioritárias, promovendo a imagem da instituição e possíveis riscos que ocorram (UFR, 2021).

A Diretoria inclui, atualmente, as seguintes áreas: a Gerência de Publicidade, Marketing e Produção Multimídia, a Gerência de Redação e Produção, e a Gerência de Relações Institucionais (UFR, 2024). São atribuições estipuladas pelo PDI para esta estrutura a: orientação de ações de publicidade e eventos executados pela IES, a busca de informações que sejam relevantes e possuam interesse público para serem divulgadas à sociedade por ações de publicidade, a coordenação da definição de prioridades de ações de comunicação e a supervisão da aplicação de pesquisas de opinião pública e da avaliação de ações de comunicação realizadas pela instituição (UFR, 2021). Atuam na Diretoria quatro servidores (Tabela 5).

Tabela 5 – Composição da equipe da Diretoria de Comunicação Social da UFR, por estrutura, função e número de servidores

ESTRUTURA	FUNÇÃO	QUANTIDADE DE SERVIDORES(AS)
Diretoria de Comunicação Social	Diretor(a)	01
Gerência de Publicidade, Marketing e Produção Multimídia	Gerente	01
Gerência de Redação e Produção	Gerente	01
Gerência de Relações Institucionais	Gerente	01
TOTAL		04

Fonte: UFR; elaborado pelo autor (2025)

De acordo com Cardassi (2024) a comunicação da UFR é comprometida com a divulgação das produções intelectual, técnica e artística produzida no campus, realizando a mediação da comunidade acadêmica com a imprensa, promovendo as iniciativas da universidade e contribuindo com a transparência. O autor ressalta que as atividades se dão em frentes de trabalho, entre elas: a seção de notícias do [Portal da UFR](#), os perfis em redes sociais (Facebook e Instagram) e a Rádio UFR que está em fase de desenvolvimento (CARDASSI, 2024).

Espera-se que, com este capítulo, o leitor possa ter obtido um panorama geral das IES no MT, bem como compreendido as escolhas pelas três universidades como escopo desta pesquisa. As três, duas federais e uma estadual, se localizam em diferentes municípios de MT e possuem número diverso de cursos e alunos atendidos, atuando em diversos campos do conhecimento científico. Cada uma delas possui em sua estrutura organizacional um dispositivo responsável pela comunicação da IES, sendo a busca da divulgação/promoção das diferentes ações da universidade com a comunidade interna e externa uma diretriz comum entre elas.

No próximo capítulo, vamos mostrar o caminho que seguimos nesta pesquisa, incluindo os métodos que usamos para coletar e analisar os dados enquanto buscávamos responder a perguntas dessa pesquisa.

3. PERCURSOS METODOLÓGICOS DE ANÁLISE CATEGORIAL DAS REPRESENTAÇÕES DA CIÊNCIA NOS PORTAIS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS

O percurso metodológico adotado nesta pesquisa compreendeu diferentes etapas articuladas com o objetivo de compreender como as universidades públicas de Mato Grosso (UFMT, UNEMAT e UFR) promovem, por meio de seus portais institucionais, a divulgação das pesquisas científicas desenvolvidas em seu interior.

A primeira etapa consistiu na realização de uma revisão bibliográfica que subsidiou a discussão teórica sobre as relações entre ciência e sociedade, a comunicação pública da ciência, o jornalismo científico e o papel dos meios institucionais na mediação entre conhecimento acadêmico e público leigo. Essa fundamentação teórica também orientou as decisões tomadas na escolha dos métodos e na interpretação dos resultados durante toda a pesquisa.

Na sequência, procedeu-se à coleta de dados empíricos. Para isso, foram extraídas, de forma manual, todas as matérias jornalísticas publicadas entre janeiro e dezembro de 2023 nas seções de notícias dos portais institucionais da UFMT (<https://www.ufmt.br/>), UNEMAT (<https://unemat.br/>) e UFR (<https://ufr.edu.br/>). A coleta considerou o conteúdo integral dos textos publicados, excluindo materiais que não se configuram como notícias, como banners, editais ou informes administrativos sem narrativa jornalística.

Para garantir a integridade dos dados coletados e preencher quaisquer lacunas de informação, foram realizados contatos com setores das universidades considerados detentores das informações institucionais. Quando não houve resposta ou a resposta foi negativa, foi feito um pedido formal com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Todas as matérias foram lidas de forma flutuante e, posteriormente, organizadas a partir de uma categorização temática construída com base no conteúdo recorrente observado durante a leitura. As categorias utilizadas foram: Ações de Extensão (abrange as notícias relacionadas a programas, projetos, eventos, prestação de serviço e produtos), Colação de Grau (notícias sobre cerimônias de colação de grau; comunicado aos formandos ou informações referentes a solenidade), Editais (compreende os conteúdos relacionados a divulgação de editais, prazos, resultados, contratações e concursos públicos), Enem/Sisu (notícias sobre o Exame Nacional do Ensino Médio, exame que é

utilizado para acesso ao ensino superior; material sobre o Sistema de Seleção Unificada, que gere as vagas ofertadas por Instituições Públicas no país utilizando a nota do Enem), Informes à Comunidade Acadêmica (material que contempla comunicados sobre procedimentos administrativos, prazos de matrícula, calendário acadêmico, treinamentos e cursos para segmentos específicos), Nota de Pesar (material destinado a comunicação de falecimento de membro da comunidade acadêmica ou de personalidade que tenha importância para a instituição), Pesquisa (notícias que promovem especificamente a visibilidade das pesquisas efetuadas pela Instituição), Prêmios e Homenagens (textos noticiosos que anunciam o recebimento de prêmios e/ou Homenagens por parte da comunidade acadêmica, ou a abertura/lançamento de premiações em que a comunidade acadêmica possa se inscrever), Reuniões (publicações referentes a encontros, reuniões, fóruns em que o Reitor ou integrantes da gestão participam com diferentes membros internos e externos da Universidade; assinatura de convênios, termos de cooperação ou acordos) e Outros (notícias publicadas que se distanciam das temáticas anteriores). Essa classificação permitiu mapear o espaço que cada temática ocupa nos portais institucionais, destacando a centralidade (ou não) da ciência e da pesquisa na comunicação institucional.

Apenas as notícias classificadas na temática “Pesquisa” (aquelas que promovem diretamente a visibilidade de estudos e projetos desenvolvidos nas universidades) compuseram o corpus específico de análise desta investigação. Para a análise do conteúdo noticioso, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo categorial, conforme sistematização proposta por Sampaio e Lycarião (2021), que permite uma leitura sistemática, quantitativa e qualitativa do material textual. Essa abordagem é eficaz para identificar os padrões de linguagem e as representações presentes nas narrativas jornalísticas, permitindo compreender de que forma a ciência é comunicada nos portais institucionais.

Essas matérias foram posteriormente classificadas segundo as Grandes Áreas do Conhecimento, conforme sistematização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) ⁶, a saber: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências

⁶ A Classificação das Áreas do Conhecimento/Avaliação da Capes é organizada por meio de tabela hierarquizada em quatro níveis, respectivamente: Grande Área, Área do Conhecimento, Subárea e Especialidade. A tabela está disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/24102022_Tabela_1844948_TabelaAreasConhecimento_atualizada_2022.doc

da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; e Linguística, Letras e Artes.

Como referencial analítico da análise de conteúdo categorial, adotou-se a tipologia dos paradigmas de política científica e tecnológica proposta por Velho (2011), a partir da qual foi desenvolvido um Livro de Códigos (Apêndice A) contendo dois eixos principais de análise: (1) **Concepção de Ciência** (Neutra e independente – onde a Ciência é vista como busca do conhecimento livre de interferência social; Dirigida para resolver problemas – onde a Ciência é usada para resolver problemas específicos; Construção social e econômica – onde a Ciência é entendida no contexto mais amplo de um sistema de inovação e estratégia competitiva; Integrada ao bem-estar social – onde a Ciência é orientada para sustentabilidade, diversidade e participação pública); e (2) **Atores Produtores do Conhecimento** (Atores tradicionais – gerado por pesquisadores acadêmicos, universidade; Pesquisa aplicada e interdisciplinar – desenvolvida pela interação de cientistas com setores estratégicos; Parcerias empresariais e institucionais – originadas dentro de uma rede de empresas e governo; Participação cidadã – desenvolvida conjuntamente com comunidades locais ou diferentes grupos sociais).

A etapa de análise quantitativa consistiu no cálculo de frequências absolutas e relativas para as categorias das Grandes Áreas do Conhecimento e dos paradigmas de Velho (2011), permitindo observar a distribuição dos temas entre as universidades. Já a análise qualitativa foi conduzida por meio da interpretação de elementos textuais presentes nas notícias, como campos semânticos, palavras-chave e posicionamentos discursivos, conforme exemplificado na Tabela 6. Esta interpretação teve como objetivo destacar o enfoque epistemológico das pesquisas apresentadas, além de estabelecer a conexão delas com os principais paradigmas que orientam a política científica.

Tabela 6. Exemplo de aplicação do procedimento de interpretação.

Procedimento de interpretação	Exemplo hipotético aplicado
Palavras-chave e campos semânticos	Notícia: “UFMT participa de pesquisa sobre o uso de biofertilizantes...” (28/04/2023). Palavras como "sustentável" e "pequenas propriedades" indicam ciência voltada ao bem da sociedade.
Posicionamento discursivo	Notícia: “Estudo da UFMT inova na aplicação de nanopartículas de ouro...” (03/07/2023). Ênfase em "inovação" e "avanços" remete ao paradigma da ciência como motor do progresso.

Por fim, os resultados da análise foram discutidos à luz da literatura de base, especialmente dos trabalhos de Velho (2011) e dos estudos sobre a relação entre ciência, comunicação e políticas públicas. Esse processo interpretativo visou compreender como as universidades públicas mato-grossenses mobilizam diferentes concepções de ciência e que tipo de representação da atividade científica é promovida por meio de seus canais institucionais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 2023, a quantidade de notícias veiculadas pelos portais das três universidades foi bastante significativa. A UFMT divulgou 1.352 notícias em seu portal institucional, liderando em volume de publicações; a Unemat publicou, no mesmo período, 910 notícias, enquanto a UFR registrou 383. Essa quantidade de publicações parece refletir diretamente a estrutura organizacional e os recursos humanos dedicados à comunicação institucional em cada instituição.

A UFMT, por exemplo, conta com uma assessoria de comunicação bem estruturada, com maior número de profissionais e jornalistas, o que favorece a produção contínua e sistemática de conteúdo informativo. Como apontado por Duarte (2018), as condições estruturais dessas assessorias influenciam diretamente a qualidade e a quantidade do material produzido, refletindo desigualdades internas nas rotinas de trabalho e na visibilidade institucional. Além disso, Rybandt e Maia (2022) alertam que:

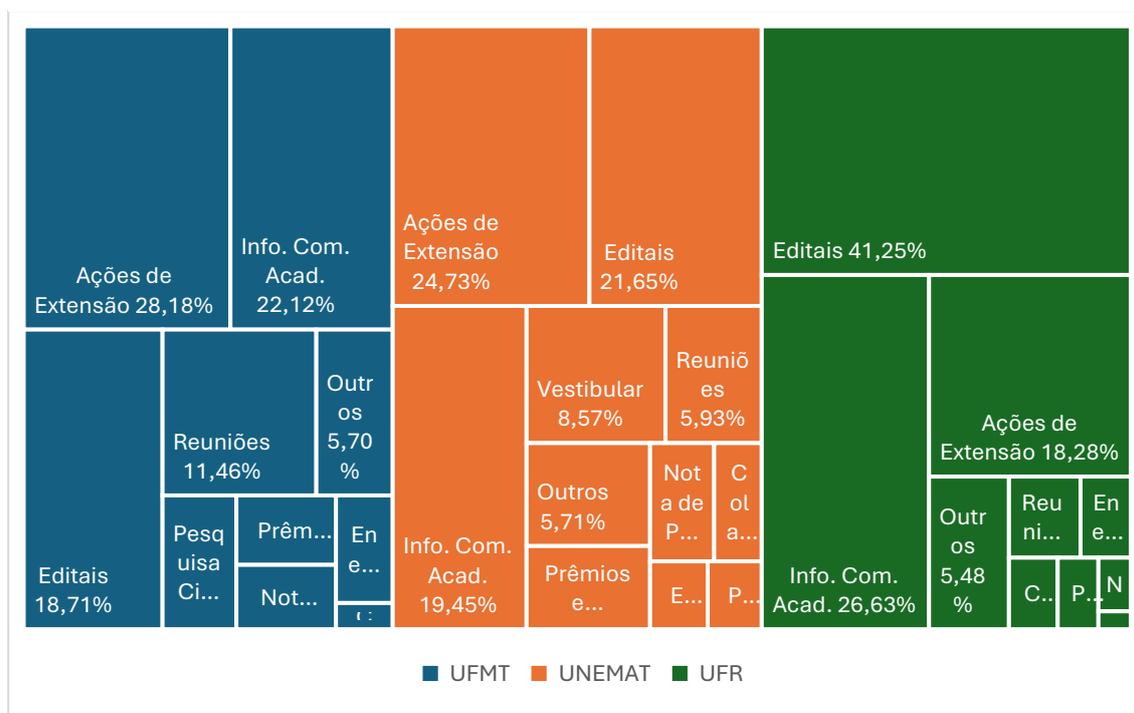
[...] a existência dos setores de comunicação com servidores concursados na área se torna ainda mais significativa. Entretanto, nos últimos anos, temos visto um número cada vez menor de concursos públicos e a terceirização em alguns casos, o que acende uma alerta vermelho para os profissionais da área e gestores dos órgãos. Isto pode fragilizar a comunicação organizacional e desprivilegiar o interesse público, abrindo margem para equívocos como a personalização, a propaganda ideológica e a utilização dos símbolos nacionais de forma equivocada (Rybandt e Maia, 2022, p. 102).

Ao analisar a distribuição temática dessas publicações, percebe-se que, nas três instituições, há uma predominância de conteúdos voltados à divulgação de editais, ações de extensão e informações institucionais direcionadas ao público acadêmico. Os editais representam 18,71% das notícias na UFMT, 21,65% na Unemat e surpreendentes 41,25% na UFR (Figura 1). Tal foco pode ser interpretado como uma prática comunicacional centrada no oferecimento de serviços e na gestão administrativa, em detrimento de uma abordagem que mediará a relação entre universidade e sociedade.

Ainda sobre a divulgação das ações de extensão, estas ocupam espaço considerável nas três instituições, especialmente na UFMT (28,18%) e na Unemat (24,73%), seguidas pela UFR (18,28%). Esse dado evidencia o esforço das universidades em mostrar, via comunicação institucional, seus vínculos sociais e comunitários através da extensão. Esse tipo de conteúdo reforça a missão social da instituição e, mesmo que parcialmente, dialoga com os princípios da comunicação pública. Como destaca Duarte (2019, p. 216-217): “Fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na

comunicação envolvendo temas de interesse coletivo, alterando seu eixo, tradicionalmente centrado no atendimento dos interesses da instituição e de seus gestores.”

Figura 1 - Porcentagem de notícias publicada nos Portais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023, por categoria de assunto.



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Já as informações institucionais voltadas à comunidade acadêmica, que englobam orientações, comunicados, notas e instruções sobre o cotidiano universitário, também compõem parcela significativa da produção noticiosa: 22,12% na UFMT, 19,45% na Unemat e 26,63% na UFR. A centralidade desse tipo de conteúdo evidencia o papel dos portais institucionais como instrumentos administrativos e organizacionais, voltados prioritariamente à manutenção da vida acadêmica e ao atendimento das demandas internas da universidade.

Essa configuração temática dos portais reforça o caráter funcionalista da comunicação institucional nas universidades públicas analisadas, que prioriza conteúdos de cunho informacional e operacional. Embora isso cumpra uma função essencial para o funcionamento da instituição, evidencia-se uma limitação quanto à promoção de conteúdos que contribuam para a construção de uma esfera pública mais ampla, crítica e participativa. Há um desequilíbrio nas notícias que cobrem a universidade, especialmente entre as áreas de ensino, pesquisa e extensão. Conforme aponta Bordenave:

Este triângulo deveria funcionar como um sistema organicamente integrado, no qual cada componente alimenta os demais. Na prática, entretanto, não somente os componentes não agem de forma integrada, mas ainda recebem proporções desequilibradas de recursos, atenção e status. (BORDENAVE, 2005)

Logo, a visibilidade pública da ciência depende não apenas da existência de canais comunicacionais, mas da escolha editorial e das concepções de ciência e sociedade que orientam a seleção dos conteúdos divulgados.

4.1 FREQUÊNCIA E VOLUME DE NOTÍCIAS DE PESQUISA NOS PORTAIS DA UFMT, UNEMAT E UFR

Em 2023, das 1.352 notícias publicadas no portal da UFMT, apenas 60 (4,44%) estavam relacionadas à comunicação de pesquisa científica. Na UNEMAT, esse número foi ainda menor: 14 publicações (1,54%) entre as 910 veiculadas; e na UFR, apenas uma única notícia (0,26%) entre as 383 registradas no ano (TABELA 7). Os dados evidenciam uma sub-representação da produção científica nas estratégias de comunicação institucional das três universidades, o que implica numa preocupante invisibilidade pública da ciência realizada por essas instituições. Bueno (2014) ressalta que a quase invisibilidade das pesquisas realizadas pelas universidades em seus portais, sem dar a prioridade devida, compromete a avaliação da sociedade e a democratização do conhecimento científico.

TABELA 7 - Lista das notícias sobre pesquisas científicas publicadas nos portais da UFMT, UNEMAT e UFR durante o ano de 2023

UNIVERSIDADE	DATA	TÍTULO DA NOTÍCIA
UFMT	10/01/2023	UFMT participa de pesquisa sobre nutrição de bovinos
	12/01/2023	Artigo mostra relação entre pombas e desmatamento
	17/01/2023	Manejo de animais selvagens pode ser solução sustentável
	25/01/2023	Pesquisa utiliza óleo de pequi e baru na nutrição de aves
	16/02/2023	Plantas feridas reagem à predadores com estratégia de defesa
	01/03/2023	Pesquisa pode levar a menos impacto ambiental e mais lucro
	10/03/2023	Lateca inaugura protótipo construído com solo-cimento
	16/03/2023	UFMT avança nos estudos sobre nanotecnologia no Agro

- 17/03/2023 Pesquisa investiga aproveitamento de resíduos de vinícolas
- 20/03/2023 Pesquisa aponta maior incidência de doenças em refugiados
- 21/03/2023 Pesquisa investiga resíduos de peixe como fonte alimentar
- 22/03/2023 Inteligência artificial e grãos de pólen é tema de pesquisa
- 27/03/2023 Pesquisa propõe aplicativo para análise de bovinos
- 31/03/2023 Lateca cria alternativas inovadoras e sustentáveis na cidade
- 03/04/2023 Pesquisadora do Labem descobre novo fungo no Pantanal
- 10/04/2023 Atlas da Notícia é apresentado no Câmpus Araguaia
- 11/04/2023 Artigo analisa óbitos durante a pandemia da Covid-19
- 12/04/2023 Pesquisa do direito internacional impacta jurisprudência
- 18/04/2023 Flora Amazônica pode combater o envelhecimento
- 25/04/2023 Mato Grosso é destaque em mortes em acidentes de trabalho
- 27/04/2023 Pesquisa rastreia saúde mental em redes sociais
- 27/04/2023 Estudo apresenta impacto da pandemia para jovens
- 28/04/2023 Pesquisa visa incrementar o uso de biofertilizantes
- 04/05/2023 UFMT estuda DNA de peixes por maior conservação de espécies
- 11/05/2023 Dissertação aborda representação da mulher negra em HQ
- 16/05/2023 Projeto sobre desigualdade recebe apoio internacional
- 16/05/2023 Pecuária Sustentável contribui para o combate a desmatamento
- 17/05/2023 Pesquisa investiga agentes químicos usados em incêndios
- 26/05/2023 Estudante da UFMT desenvolve sistema de dados para o TCE
- 06/06/2023 Documentário retrata a vida Xavante em contexto urbano
- 12/06/2023 Pesquisa explora comportamento de pescadores do Pantanal
- 20/06/2023 Pesquisador cria DTA capaz de simular ambientes reais

- 21/06/2023 Pesquisa investiga liberação controlada de agrotóxicos
- 28/06/2023 Projeto da UFMT recebe R\$700 mil do Instituto Serrapilheira
- 28/06/2023 UFMT desenvolve projeto para algodão agroecológico
- 03/07/2023 Pesquisa inova na síntese de nanopartículas de ouro
- 05/07/2023 Pesquisa investiga fatores de risco em cirurgias de câncer
- 10/07/2023 Alunas do ICET-Araguaia fazem pesquisa na Europa
- 13/07/2023 Pesquisa busca fomentar diversidade em empresas de MT
- 02/08/2023 Pesquisa desenvolve modelo para nutrição de gado
- 09/08/2023 UFMT e USP realizam nova etapa do Eleseu
- 16/08/2023 Pesquisadores descobrem vala comum em terra indígena
- 16/08/2023 UFMT investiga idade das espécies de árvores do Estado
- 29/08/2023 UFMT fará diagnóstico da piscicultura em MT
- 31/08/2023 Discursos sobre mulheres trans é tema de tese na UFMT
- 01/09/2023 Tese analisa discursos sobre corpo de mulheres transexuais
- 06/09/2023 Técnica de construção reduz uso de concreto em fundações
- 15/09/2023 Bactérias de áreas degradadas podem ser usadas na saúde
- 21/09/2023 UFMT participa de estudo sobre espécies de plantas
- 22/09/2023 Jogos de tabuleiro estimulam a inovação na graduação da UFMT
- 06/10/2023 PPGD aprova primeira dissertação de aluno indígena
- 09/10/2023 Pesquisa oferece avaliações físicas gratuitas
- 24/10/2023 Pesquisa busca popularizar o uso do pó de rocha em pastagens
- 10/11/2023 Pesquisa coleta dados sobre doces e a memória do cuiabano
- 22/11/2023 Pesquisadores desenvolvem película biodegradável na UFMT
- 23/11/2023 Sementes e frutos serão incluídos em coleção da UFMT

	27/11/2023	Equipe publica artigo sobre Amazônia na Science
	07/12/2023	Lateca inaugura ambiente para pesquisa com Geotermia
	20/12/2023	Nupes lança Mapa de Eventos Culturais de Mato Grosso
	28/12/2023	UFMT integra Instituto nacional de nanotecnologia
UNEMAT	23/02/2023	Programa +Natureza mostra pesquisas da Unemat sobre materiais alternativos na construção civil
	24/03/2023	Pesquisa conduzida por professor da Unemat é destaque internacional
	13/04/2023	Corredores de biodiversidade do Cerrado e Pantanal são alvos de novo estudo da Unemat em parceria internacional
	09/05/2023	Estudo identifica regiões da Floresta Amazônica mais vulneráveis a mudanças climáticas
	29/06/2023	Pesquisa da Unemat em MT revela o potencial do uso de cartoons em aulas de matemática
	17/07/2023	Agricultores de Mato Grosso preservam grande diversidade genética de mandioca
	19/07/2023	Pesquisa em MT busca impulsionar produção de gergelim por meio de inovação tecnológica
	06/09/2023	Aluno do Programa de Pós-Graduação BIONORTE da UNEMAT (Lab. GAAF) está em Rennes – França
	12/09/2023	Florestas tropicais na América do Sul perdem sua capacidade de absorver carbono
	18/09/2023	Pesquisadores mapeiam fluxo de carbono nos três biomas do estado
	21/09/2023	Unemat, UFMT e FEC lançam estudo científico sobre espécies de plantas das RPPNs Cristalino
	29/09/2023	Estudante e Professoras de Geografia publicam Pesquisa sobre CEP de Cáceres-MT
	16/10/2023	Pesquisadores da Unemat descobrem nova espécie da planta ingá
	13/12/2023	Bolsista do Programa FOCCO tem artigo publicado em revista nacional

UFR	23/01/2023	UFR participará de missão de prospecção no Senegal para promover desenvolvimento sustentável
-----	------------	--

Elaboração do autor (2025).

Tal problemática não é exclusiva das universidades aqui pesquisadas. Silva e Pereira (2021) ao realizarem estudo onde se constituiu um inventário e se analisou o fluxo comunicacional do jornalismo científico realizado por três universidades federais em Minas Gerais, verificaram uma entrada relativamente baixa deste material, considerando todo o volume de notícias que são publicados nos portais.

À luz da perspectiva teórica de Léa Velho (2011), pode-se afirmar que essa baixa visibilidade está relacionada à forma como o conhecimento científico é valorizado nos espaços institucionais de mediação. Os resultados indicam que a comunicação da ciência não figura entre as prioridades editoriais dos portais universitários, predominando neles conteúdos vinculados à lógica administrativa, funcional e gerencial da instituição; no qual a produção de conhecimento é direcionada a pares e dificilmente extrapola os muros da universidade.

O silenciamento da produção científica nos canais institucionais também pode ser interpretado como reflexo da fragilidade das políticas de divulgação científica nas universidades públicas brasileiras. Segundo Oliveira (2018), as universidades públicas brasileiras enfrentam desafios na divulgação de sua produção científica, frequentemente por conta de recursos limitados, falta de pessoal especializado ou a ausência de uma política institucional voltada à divulgação científica.

A falta de destaque à pesquisa científica nos portais universitários contrasta com o papel social que as instituições públicas de ensino superior deveriam desempenhar. Segundo Bueno (2010), a comunicação científica é fundamental não apenas para fornecer conhecimento científico à sociedade, mas também para dar legitimidade à função das instituições de pesquisa. Quando a pesquisa científica é relegada a um lugar marginal nas estratégias de comunicação, abre-se espaço para o reforço de uma percepção utilitarista da universidade, centrada exclusivamente em seu papel burocrático e administrativo.

Massarani e Peters (2016) destacam que, atualmente, há uma tendência mundial de diminuir a valorização da comunicação científica dentro das instituições de ensino superior. Nesse cenário, a divulgação do conhecimento científico muitas vezes é vista como uma atividade secundária, ficando atrás da prioridade dada à pesquisa e a formação

acadêmica. Isso se agrava em países com menor investimento em ciência e tecnologia, como o Brasil, onde a pressão por produtividade acadêmica e a burocratização da pesquisa deixam pouco espaço para práticas de mediação com a sociedade.

É importante também levar em conta o que Vogt et al. (2018) chamam de "cultura científica" ao falar sobre como as instituições comunicam ciência. Suas evidências sugerem que a promoção bem-sucedida da comunicação científica requer não apenas estruturas e recursos, mas uma mudança cultural que valorize a disseminação como uma parte necessária do processo científico. A construção dessa cultura exige uma divulgação científica compreendida não como uma ação periférica ou destinada apenas a momentos de crise ou prestação de contas.

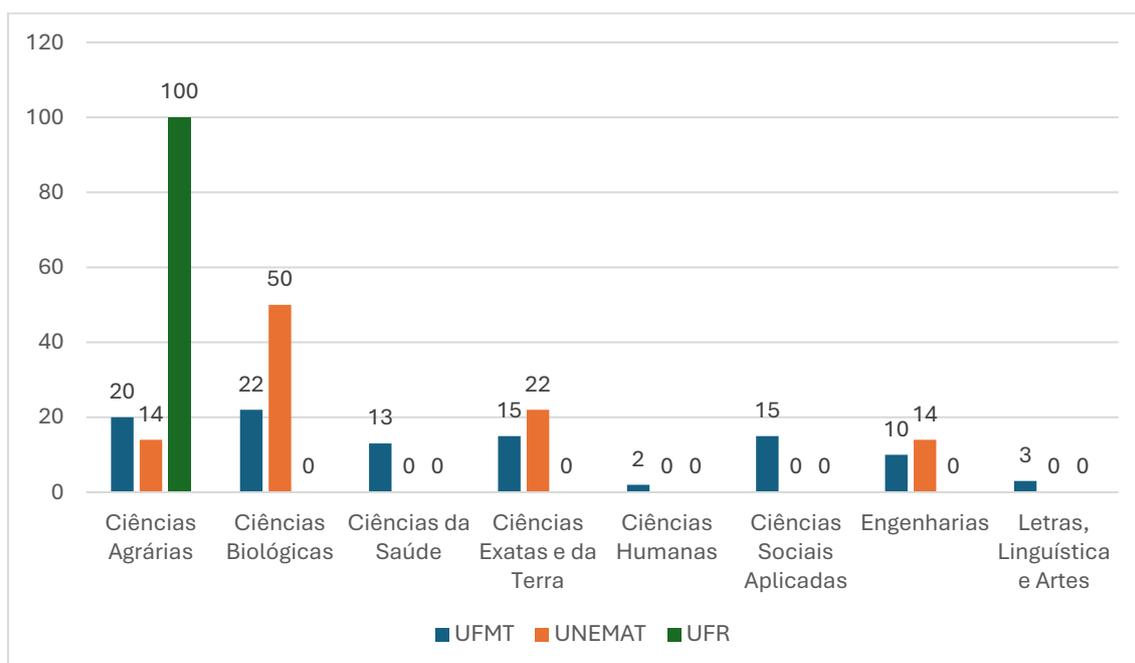
As prioridades de comunicação das universidades também podem ser questionadas, dada a disparidade entre o volume total de notícias e o número de postagens dedicadas à pesquisa científica. Os dados aqui apresentados sugerem que a UFMT, mesmo sendo a universidade com maior volume absoluto de publicações, apresenta uma lacuna significativa em termos de visibilidade da pesquisa. O mesmo acontece na UNEMAT, e a situação é ainda mais preocupante na UFR. Essa lacuna é sintomática de um modelo de comunicação institucional centrado em fluxos internos e rotinas burocráticas, o que limita o potencial desses portais como espaços de construção de diálogo com a sociedade.

Por isso, é fundamental implementar estratégias voltadas para fortalecer a divulgação científica e tornar essa comunicação mais eficaz. Como proposto por Ferreira e Queiroz (2018), que defendem uma orientação mais estratégica da comunicação científica nas universidades, alinhando-a com os objetivos institucionais e as necessidades sociais. Uma comunicação científica que entrega informações precisas, acessíveis e confiáveis sobre os avanços e impactos das pesquisas realizadas.

A análise da distribuição das notícias de pesquisa científica segundo as Grandes Áreas do Conhecimento revela assimetrias significativas na visibilidade das diferentes áreas nas três universidades analisadas (Figura 2). Na UFMT, a maior incidência se deu nas áreas de Ciências Biológicas (22%) e Ciências Agrárias (20%), enquanto as áreas de Linguística, Letras e Artes (3%) e Ciências Humanas (2%) aparecem de forma bastante residual. Na UNEMAT, o predomínio das Ciências Biológicas é ainda mais marcante, concentrando 50% das publicações sobre pesquisa, ao passo que Ciências Humanas,

Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes não registraram nenhuma ocorrência. No caso da UFR, a única notícia publicada tratava de uma pesquisa na área de Ciências Agrárias, representando, portanto, 100% da produção noticiada.

Figura 2. Porcentagem de notícias sobre pesquisas científicas publicadas no Portais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023, organizadas por Grandes áreas de conhecimento.



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Essa concentração em determinadas áreas do conhecimento está longe de ser aleatória e reflete tanto escolhas editoriais quanto condicionantes históricos, culturais e políticos da comunicação da ciência. Bueno (1998), no texto ‘Jornalismo científico: resgate de uma trajetória’ resalta que, inúmeras pesquisas, realizadas há mais de uma década (na época da publicação) identificaram presença expressiva de áreas das ciências ditas ‘tradicionais’, havendo pouca visibilidade das ciências humanas. Tal padrão de visibilidade decorre, em parte, da percepção de maior objetividade e aplicabilidade atribuída às ciências naturais, o que confere a elas maior atratividade midiática e institucional.

Esse viés na cobertura representa um obstáculo à promoção da ciência como um bem comum e plural, capaz de abarcar diferentes epistemologias e modos de compreender o mundo. Pippi e Peruzzolo (2004) ressaltam a importância de o jornalismo científico

também focar em ciências humanas, indo além daquela divulgação de descobertas e teorias complexas.

No contexto da comunicação institucional universitária, essa assimetria pode reforçar uma lógica excludente, que compromete o ideal de uma divulgação científica democrática e representativa. Silva e Pereira (2021) consideram que a possibilidade da mobilização de esferas públicas para discussão é fragilizada, principalmente pela concorrência que a pesquisa tem com o alto volume de informações na disputa pela atenção das pessoas. Quando consideramos também a desigualdade no acesso à informação entre as áreas, essa situação acaba minando ainda mais a capacidade da ciência de dialogar efetivamente com diferentes setores da sociedade.

Nesse sentido, a ausência de pesquisas das áreas de Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes nos portais das universidades pesquisadas revela não apenas um problema de cobertura jornalística, mas também de política científica institucional. Bueno (2014) destaca que a limitada divulgação dos resultados de pesquisa pode explicar a pouca presença das universidades nas notícias e na mídia em geral. Cria-se, assim, um ciclo de invisibilidade que limita o alcance social da ciência.

A predominância das Ciências Biológicas e Agrárias pode ser explicada, em parte, pelo contexto socioprodutivo e ecológico do estado de Mato Grosso, cuja economia é fortemente baseada no agronegócio e que possui uma biodiversidade expressiva. Segundo Albagli (2015), a produção científica costuma refletir as particularidades e demandas específicas do ambiente local e regional onde ela acontece. No entanto, essa justificativa não deve servir para minimizar a importância das humanidades, já que essas áreas são essenciais para lidar com os desafios tanto locais quanto globais.

Como pontua Chaimovich (2000) há uma tendência global de favorecer as ciências exatas e aplicadas em detrimento das humanidades e artes sob pressões da economia geopolítica, que podem causar um viés em favor das ciências aplicadas. Essa lógica, orientada pela racionalidade do mercado e da inovação, que favorece áreas com maior valor econômico ou tecnológico imediato, contribui para o rebaixamento simbólico das ciências humanas e das artes, que são menos valorizadas dentro dessa matriz hegemônica de ciência.

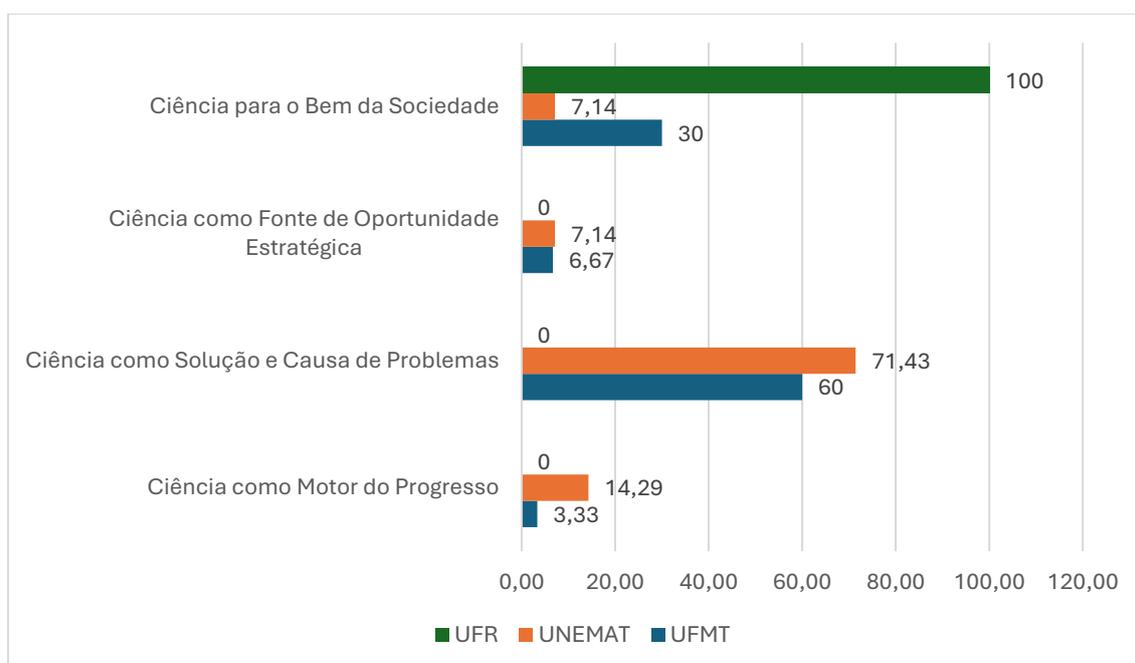
Segundo Santos e Almeida Filho (2012), uma universidade que realmente aposta no desenvolvimento sustentável e na justiça social precisa dedicar atenção igual a todos

os seus setores. A invisibilidade das humanidades nas estratégias de comunicação institucional representa, portanto, um desafio tanto do ponto de vista ético quanto político. Afinal, comunicar ciência é também comunicar valores, e a omissão sistemática de certas áreas enfraquece o ideal de uma ciência comprometida com a diversidade epistêmica e com os múltiplos sujeitos sociais que compõem a universidade e a sociedade.

4.2 PREDOMINÂNCIA DE PARADIGMAS CIENTÍFICOS E ATORES PRODUTORES DO CONHECIMENTO NAS NOTÍCIAS DE PESQUISA DOS PORTAIS DA UFMT, UNEMAT E UFR

A análise dos paradigmas científicos presentes nas notícias mostrou a distribuição conforme ilustrado na FIGURA 3.

Figura 3 Porcentagem de paradigmas de ciência, conforme definição de Velho (2011), presentes nas notícias sobre pesquisas científicas publicadas nos Portais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023.



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

O paradigma "Ciência como Solução e Causa de Problemas", ligado ao conceito de ciência dirigida para resolver problemas, presente em 71,43% da UNEMAT e em 60% das notícias da UFMT, deveria introduzir uma abordagem mais reflexiva ao reconhecer que a ciência pode ser tanto um agente de solução quanto de geração de desafios. A matéria "Artigo mostra relação entre pombas e desmatamento", publicada no portal da UFMT em 12/01/2023, é exemplar ao partir de uma preocupação ambiental concreta (o desmatamento da Amazônia) e utilizar métodos científicos para entender suas

consequências ecológicas, particularmente sobre a dispersão de pombas. O objetivo central da investigação é compreender o impacto de mudanças ambientais causadas por ações humanas, buscando interpretar possíveis consequências ecológicas e gerar subsídios para políticas ou ações ambientais futuras. O trecho: *“Todos os animais possuem uma sensibilidade para perturbações no seu habitat, sejam perturbações naturais ou causadas pelo homem. Sendo assim, a presença ou ausência de determinada espécie em um ambiente pode indicar o quão saudável ou degradado ele está. As aves, por serem altamente sensíveis às modificações, são consideradas de forma geral como excelentes indicadores – ou bioindicadores – da qualidade de determinado ambiente”*, evidencia que o conhecimento científico está sendo mobilizado para compreender e eventualmente enfrentar um problema socioambiental de grande escala.

Na UNEMAT, a matéria publicada em 17/07/2023, intitulada “Agricultores de Mato Grosso preservam uma vasta diversidade genética de mandioca”, aborda a questão de uma forma semelhante. Ao destacar o uso da pesquisa para identificar variedades geneticamente favoráveis à produtividade, reforça a ideia da ciência como instrumento de resposta imediata a necessidades práticas, sem problematizar os limites éticos e socioculturais do melhoramento genético.

Esse tipo de abordagem, embora relevante do ponto de vista prático, corre o risco de reduzir a ciência a uma função técnica, deslocando o debate sobre suas implicações políticas, culturais e ambientais. Por essa razão, Massarini e Moreira (2016) também discutem a importância de apresentar a ciência não apenas como uma ferramenta que usamos para resolver problemas, mas também como um potencial agente responsável por criar problemas ou impactos. Isso pode ajudar a construir uma ponte entre a ciência e a sociedade e desmistificar o processo científico.

Aspectos culturais, que são importantes em qualquer processo de comunicação, bem como uma melhor interface entre arte, ciência e sociedade, devem ser levados em consideração nas atividades de comunicação científica. Outro objetivo a ser alcançado é reconhecer o valor dos aspectos culturais e humanísticos da ciência, bem como o reconhecimento do conhecimento popular e tradicional. [...] (Massarini e Moreira, p. 1594, 2016, tradução nossa)⁷

⁷ *Cultural aspects, which are important in any communication process, as well as an improved interface between art, science and society, should be taken into consideration in science communication activities. Another goal to achieve is to recognize the value of the cultural and humanistic aspects of science, as well as the acknowledgement of popular and traditional knowledge. [...]*

O segundo paradigma mais observado, "Ciência para o Bem da Sociedade", que associa a ciência ao desenvolvimento social e ao bem-estar coletivo, aparece com destaque na UFR, onde está presente em 100% das matérias. Na UFMT, esse conceito aparece em cerca de 30% das notícias, enquanto na UNEMAT, representa aproximadamente 7,14%. Essa tendência indica uma mudança importante na forma como a ciência é representada atualmente. Diferentemente do paradigma anterior, este coloca a ciência como instrumento de transformação social e resposta às demandas coletivas, especialmente em relação à preservação ambiental e ao enfrentamento das mudanças climáticas. Nessa abordagem, a produção científica deixa de ser apenas uma ferramenta para ganho de eficiência e passa a ser vista como um meio de contribuir para o bem comum, sempre com uma perspectiva ética e cidadã.

Conceição (2010) observa que, diante dos inúmeros desafios que as sociedades atuais enfrentam, a ciência deixou de ser um tema restrito aos especialistas e passou a ser uma questão que envolve toda a população. Ela destaca a importância de integrar a ciência ao cotidiano das pessoas, reforçando a ideia de que muitas questões sociais e econômicas estão diretamente relacionadas aos obstáculos científicos que precisamos superar.

Isso pode ampliar bastante o impacto da ciência ao fortalecer a comunicação com o público. Ao tornar as informações mais acessíveis e alinhadas às percepções das pessoas, facilita a compreensão e o engajamento com as pesquisas. Castelfranchi (2010) aponta que a comunicação científica não deve se limitar apenas à sua utilidade; ela também precisa se envolver com a significância cultural, política e social da ciência. O autor nota que, entre esses trabalhos, a ciência contribui significativamente para necessidades sociais imediatas, mas igualmente importante é reconhecer os benefícios intangíveis e a "necessidade fundamentalmente social de conhecimento científico" que é geral, em vez de diretamente e imediatamente aplicado.

Na UFR, a única matéria sobre pesquisa publicada em 23/01/2023 é a intitulada "UFR participará de missão de prospecção no Senegal para promover desenvolvimento sustentável", que reitera a prevalência absoluta do paradigma, com toda a narrativa da notícia girando em torno de objetivos sociais e ambientais, com foco no enfrentamento da desertificação, no empoderamento das comunidades rurais e na promoção do desenvolvimento sustentável. O trecho "*O convite foi realizado pelo Ministério das Relações Exteriores, em virtude da preocupação do governo senegalês com o avanço de ações humanas de desflorestamento, degradação dos solos e dos ecossistemas que afetam*

as comunidades rurais e a atividade pecuária na região” expressa claramente a preocupação com comunidades vulneráveis e destaca os impactos ambientais e sociais envolvidos.

A matéria publicada no portal da UFMT em 01/09/2023, intitulada “Tese analisa discursos sobre corpo de mulheres transexuais”, se alinha a este paradigma ao buscar compreender e problematizar discursos que afetam a vida de mulheres transexuais e travestis, evidenciando o preconceito e suas consequências nos relacionamentos e no acesso a direitos sociais. O trecho, *“Temos de falar em políticas públicas, e percebemos minimamente alguns avanços, como cotas para acesso ao ensino superior, mas precisamos falar da educação básica, pois como esperar que a elas acessem a faculdade se não há condições para isso”*, mostra que a produção de conhecimento busca visibilizar desigualdades, contribuir com políticas públicas e transformar realidades.

Na UNEMAT, esse conceito é reforçado na matéria intitulada “Programa Natureza mostra pesquisas da Unemat sobre materiais alternativos para a construção civil”, publicada em 23 de fevereiro de 2023. A ênfase da notícia está no desenvolvimento de materiais de construção sustentáveis e acessíveis, com o objetivo explícito de reduzir os impactos ambientais da construção civil e promover inclusão social, tornando os materiais “acessíveis a todo mundo”. A ciência é diretamente articulada com a sustentabilidade, equidade de acesso e preocupação com o meio ambiente, como evidenciado no trecho: *“Uma das questões de suma importância da sustentabilidade é justamente o acesso a todo mundo. Quando a gente fala, hoje, em materiais sustentáveis eles ainda são muito caros. Então, o enfoque do nosso laboratório é esse: fazermos materiais que possam ser acessíveis a todo mundo”*.

Tal representação coaduna-se com a ideia de uma “ciência responsiva” e “socialmente engajada”, conforme defendido por Castelfranchi (2010), onde os cidadãos têm não apenas o direito, mas também a necessidade de serem informados sobre ciência e tecnologia, e, portanto, há uma pressão social por uma ciência não apenas como produtora de conhecimento que seja relevante e sensível às necessidades e preocupações da sociedade moderna, mas também como uma ciência dialógica. A abordagem orientada ao bem comum contribui, assim, para a construção de uma ciência mais democrática e dialógica, em que o conhecimento não se restringe aos laboratórios, mas é incorporado à vida cotidiana dos cidadãos.

Essa valorização do aspecto social, no entanto, traz consigo alguns desafios e conflitos. Como destaca Conceição (2010), a instrumentalização da ciência para fins sociais pode levar a pressões por resultados aplicados e imediatos, comprometendo a autonomia dos processos científicos e obscurecendo a função crítica da ciência.

A associação do paradigma "Ciência como Motor do Progresso", ligado à ideia de ciência neutra e independente, (14,29% na UNEMAT e 3,33% na UFMT) pode ser vista como um indicativo de que essa narrativa linear e triunfante da ciência está começando a perder força. A notícia da UFMT "Plantas feridas reagem à predadores com estratégia de defesa" publicada no portal em 16/02/2023, exemplifica esse paradigma ao apresentar uma pesquisa voltada à ampliação do conhecimento teórico no campo da biologia vegetal, sem associação explícita com demandas sociais ou aplicação prática imediata.

Na UNEMAT, a matéria "Pesquisadores da Unemat descobrem nova espécie da planta ingá" publicada em 16/10/2023, também ilustra esse modelo, ao enfatizar descoberta taxonômica de uma nova espécie vegetal, com linguagem científica descritiva, sem associações explícitas com aplicação prática ou impacto social imediato.

A pouca presença desse paradigma é um sinal positivo no cenário atual da comunicação científica, que procura ir além daquela visão idealizada e desconectada da ciência tradicional. Massarini e Moreira (2016) destacam que essa abordagem mais ampla proporciona um melhor diálogo entre ciência e sociedade, permitindo que as pessoas compreendam melhor o papel e a influência da ciência na vida cotidiana e nas decisões na sociedade. Assim, para superar o mito da neutralidade, Bueno (2010) argumenta que é essencial que os cientistas sejam honestos e transparentes sobre os fatores sociais, políticos e econômicos em jogo na produção de conhecimento a fim de trabalhar em direção a uma compreensão mais crítica da ciência e uma visão mais contextualizada de seus laços com a sociedade.

A predominância do paradigma "Ciência como Fonte de Oportunidade Estratégica", ligado ao conceito da ciência como uma construção social e econômica, nas notícias analisadas (7,14% na Unemat e 6,67% na UFMT) evidencia uma certa ênfase na instrumentalização da ciência para fins produtivos, econômicos e mercadológicos. Essa orientação segue a ideia apresentada por Etzkowitz e Leydesdorff (2000), que desenvolvem o conceito da "Tríplice Hélice", destacando a importância das conexões entre universidades, empresas e o setor público. A ciência, nesse contexto, é vista como

um recurso importante para impulsionar a competitividade, melhorar a eficiência e promover a sustentabilidade das empresas, sobretudo quando direcionada ao avanço econômico.

Bueno (2010) alerta contra a superestimação das oportunidades estratégicas que a ciência pode oferecer. Quando fazemos isso, a comunicação científica muitas vezes acaba se concentrando principalmente em aspectos econômicos e competitivos, enquanto ignora considerações éticas e sociais mais amplas. Essa visão restrita arrisca criar uma imagem distorcida da ciência, onde seu verdadeiro valor é reduzido apenas ao seu retorno financeiro. Tal abordagem pode prejudicar a dimensão social da pesquisa e falhar em considerar as implicações éticas e morais dos desenvolvimentos e inovações científicas. A sugestão de Bueno (2010) é que a comunicação científica deve ir além da simples transmissão de informações, buscando envolver-se de maneira mais significativa com as questões sociais e éticas relacionadas ao conhecimento científico. Dessa forma, é possível promover um diálogo mais equilibrado e abrangente, que realmente dialogue com a sociedade como um todo.

Na UNEMAT, este paradigma está presente na notícia “Pesquisa em MT busca impulsionar produção de gergelim por meio de inovação tecnológica” publicada em 19/07/2023, que evidencia o papel da ciência como parte de uma estratégia para fortalecer o agronegócio regional, com ênfase no desenvolvimento de um pacote tecnológico e aumento da produtividade de uma cultura com alto valor comercial. O conteúdo do trecho *“Através de esforços conjuntos, com a busca por soluções tecnológicas inovadoras, é possível direcionar recursos para o desenvolvimento do agronegócio no Estado, impulsionando, a exemplo, a produção de gergelim e fortalecendo a posição de Mato Grosso como um importante centro agrícola, tanto no cenário nacional quanto internacional”*, aponta o uso da ciência como motor de desenvolvimento econômico regional e global.

A matéria “UFMT participa de pesquisa sobre nutrição de bovinos” publicada em 10/01/2023 no portal da UFMT, apresenta foco no desempenho produtivo, no ganho de peso dos animais, na qualidade da carne e na viabilidade econômica dos suplementos utilizados, aspectos estes diretamente associados à produtividade, à eficiência pecuária e à lucratividade para o setor. O trecho como *“Resultados preliminares apontam taxas de ganho de peso que chegam a 1,2 quilos por dia, e que poderão auxiliar o pecuarista na*

tomada de decisão quanto ao custo-benefício” revela a associação direta entre ciência, produtividade e decisão empresarial.

Essa visão dominante da ciência como capital econômico e vetor de eficiência produtiva pode ser compreendida, como propõe Conceição (2010), dentro de um contexto em que todo conhecimento, incluindo o científico, é organizado pelas condições sociais, culturais e econômicas locais sob as quais é construído e apropriado. Nesse sentido, a ciência perde sua pretensa neutralidade e assume sua faceta institucional, sendo mobilizada estrategicamente por atores sociais com interesses específicos.

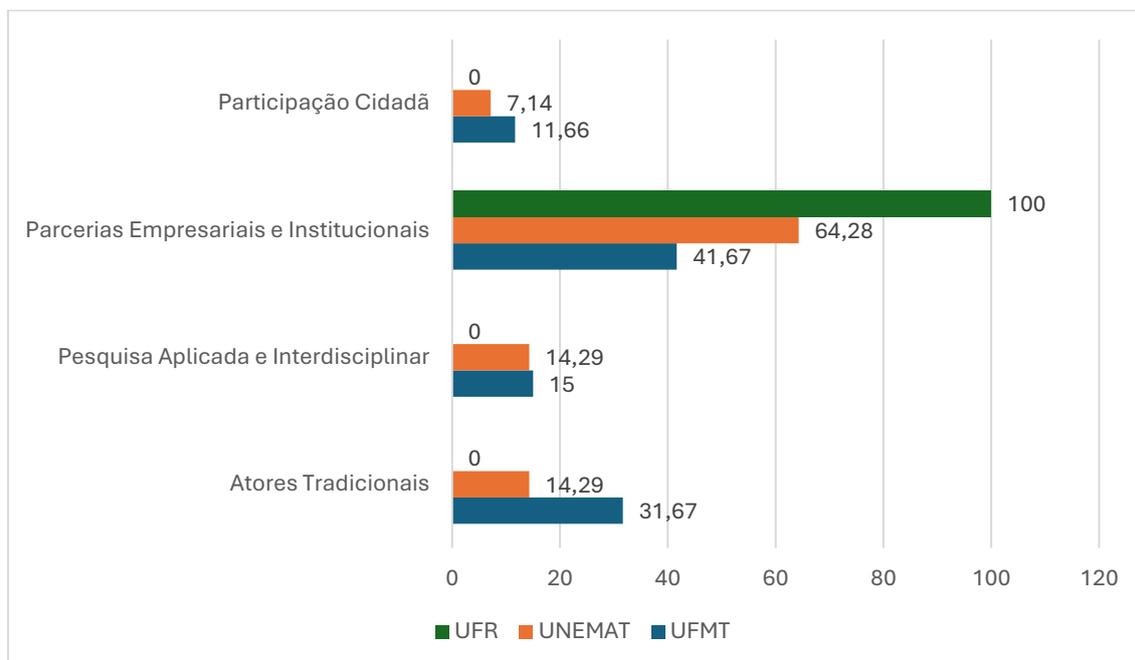
No entanto, é importante refletir sobre como essa distribuição pode impactar a percepção do público em relação à ciência, especialmente considerando que o portal da universidade frequentemente serve como uma fonte de informações para a imprensa. De acordo com Oca (2010), a mídia é essencial na construção e disseminação do conhecimento científico e desempenha um papel direto na formação das percepções e compreensões que o público tem da ciência.

Essa variedade de paradigmas mostra claramente que há divergências e disputas sobre como a ciência é apresentada nos portais institucionais das universidades analisadas. A prevalência de uma visão estratégica da ciência, articulada à eficiência econômica, demanda uma reflexão crítica sobre os riscos de se reduzir o valor da ciência ao seu potencial de retorno financeiro. A presença de paradigmas voltados ao bem comum e à análise social da ciência indica um avanço importante na democratização e diversificação do diálogo científico. Isso sugere a potencialidade de desenvolver uma comunicação mais consciente, ética e aberta a diferentes perspectivas.

A análise da categoria ‘Atores Produtores do Conhecimento’ mostra uma forte participação de parcerias entre empresas e instituições nos conteúdos noticiosos examinados: 100% na UFR, 64,28% na UNEMAT e 41,67% na UFMT (FIGURA 4). Tal predominância sugere, novamente, uma forte articulação entre as universidades públicas de Mato Grosso e outros setores estratégicos da sociedade configurando o que Etzkowitz e Leydesdorff (2000) denominam como modelo da "Tríplice Hélice" no qual a interação de universidade, indústria e governo é destacada na produção de conhecimento e inovação. Nessa perspectiva, a universidade é reposicionada como agente ativo na dinâmica da economia do conhecimento, contribuindo não apenas para a formação

acadêmica, mas também para o desenvolvimento de soluções tecnológicas e produtivas voltadas a interesses econômicos e institucionais.

Figura 4 - Porcentagem de atores na produção do conhecimento, conforme definição de Velho (2011), apresentadas nas notícias sobre pesquisas científicas publicadas nos Portais da UFMT, UNEMAT e UFR no ano de 2023.



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Essa ênfase nas parcerias estratégicas aponta para uma mudança na função tradicional da universidade, que sempre foi vista como um espaço independente dedicado à produção do conhecimento. Esse movimento, embora possa potencializar a aplicação do conhecimento científico em contextos concretos, também impõe desafios à manutenção da independência da pesquisa frente a interesses externos. A intensificação dessas parcerias pode conduzir a uma espécie de utilitarismo científico, em que o valor da ciência passa a ser medido prioritariamente por sua aplicabilidade imediata ou seu retorno econômico, o que, conforme discutido anteriormente neste trabalho, compromete sua função crítica e reflexiva.

Paralelamente, observa-se uma presença residual dos "Atores Tradicionais": pesquisadores vinculados exclusivamente às universidades públicas, sem menção explícita a colaborações com outros setores (31,67% na UFMT e 14,29% na UNEMAT). A diminuição dessa participação pode indicar, conforme destacado por Peters et al. (2008), uma mudança nos paradigmas da comunicação científica, com cientistas progressivamente assumindo o papel de mediadores do conhecimento e articulando-se

com diferentes públicos e setores para tornar suas pesquisas mais visíveis, compreensíveis e socialmente relevantes. Esse reposicionamento do pesquisador como comunicador reforça o caráter público e dialógico da ciência, ao mesmo tempo em que amplia suas responsabilidades diante da sociedade.

A presença da pesquisa aplicada e transdisciplinar, com 15% na UFMT e 14,29% na UNEMAT, evidencia essa tendência de expansão nesse campo. As investigações que integram múltiplas áreas do conhecimento e envolvem setores estratégicos da sociedade refletem uma concepção mais pragmática e contextualizada da ciência, sensível aos problemas complexos do mundo contemporâneo. Como observado por Philippi Jr et al. (2013), problemas complicados do mundo real precisam ser abordados de forma cada vez mais integrada, envolvendo diferentes áreas de conhecimento. Nos casos aqui analisados, esse tipo de produção científica aparece com destaque em pesquisas voltadas ao monitoramento ambiental, à gestão de recursos naturais e ao desenvolvimento de tecnologias sociais, indicando uma articulação entre conhecimento científico, planejamento público e inovação social.

A participação cidadã, por sua vez, ainda parece de forma tímida nas notícias analisadas (11,66% na UFMT e 7,14% na UNEMAT), o que evidencia um potencial pouco explorado de democratização da produção científica. Segundo Conceição (2010), ciência e sociedade terão que (re)pensar essa relação, pois os cidadãos não devem ser considerados apenas como um público passivo que requer educação, mas sim como participantes ativos que poderão fornecer suas valiosas contribuições para o processo científico. Irwin (2018) destaca que a participação dos cidadãos na ciência é fundamental para promover debates importantes e ampliar nossa compreensão das relações entre sociedade e decisões científicas ou democráticas. Ele acredita que esse envolvimento torna a ciência mais acessível, o que não só fortalece a pesquisa, mas também impulsiona a alfabetização científica.

O cenário delineado pela distribuição dos atores produtores de conhecimento nas notícias divulgadas pelas universidades públicas mato-grossenses revela, portanto, um tensionamento entre distintas concepções de ciência: de um lado, a ciência articulada a redes institucionais e interesses estratégicos; de outro, a ciência tradicional e, em menor escala, a ciência cidadã. De acordo com Schwartzman (2008), as universidades devem enfrentar e equilibrar a necessidade de produzir conhecimento com demandas de

relevância social e econômica enquanto protegem a qualidade e a independência da pesquisa.

Essas mudanças apresentam desafios significativos para a comunicação científica institucional. O predomínio de parcerias institucionais e empresariais exige estratégias de comunicação mais sofisticadas e transparentes, capazes de explicitar os objetivos, as metodologias e os impactos das pesquisas realizadas. Nesse cenário, as universidades públicas desempenham um papel fundamental na promoção de uma ciência mais aberta ao diálogo e acessível a todos. Ao reconhecer a diversidade de atores envolvidos na produção científica, é possível ampliar os horizontes da comunicação institucional e fortalecer o compromisso da ciência com a transformação social, a justiça epistêmica e a sustentabilidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou compreender como as pesquisas científicas realizadas nas universidades públicas de Mato Grosso (UFMT, UNEMAT e UFR) são comunicadas por meio dos seus portais institucionais. A análise começou do reconhecimento de que o jornalismo científico nesses ambientes não está isento de vieses, nem completamente livre de interesses políticos e institucionais. Ao contrário, as notícias sobre pesquisa publicadas nos sites das universidades operam dentro de lógicas discursivas que refletem concepções específicas de ciência e modelos de política científica, conforme evidenciado pela aplicação da tipologia proposta por Léa Velho (2011).

O percurso metodológico, sustentado pela análise de conteúdo categorial conforme Sampaio e Lycarião (2021), permitiu uma leitura crítica das 75 matérias jornalísticas analisadas (60 da UFMT, 14 da UNEMAT e uma da UFR), evidenciando que a divulgação científica nesses portais está fortemente orientada por paradigmas utilitaristas da ciência.

Além da análise qualitativa das 75 matérias jornalísticas sobre pesquisas, a dimensão quantitativa da produção de conteúdo nos portais das universidades também trouxe à tona aspectos importantes sobre sua estrutura. Em 2023, a UFMT publicou 1.352 notícias institucionais, seguida pela Unemat (910) e pela UFR (383), evidenciando disparidades que ultrapassam o volume e indicam, sobretudo, diferentes capacidades operacionais e estruturas de comunicação entre as instituições. A diferença significativa entre esses números parece refletir diretamente os recursos humanos e institucionais alocados às assessorias de comunicação, além de demonstrar o lugar que a comunicação ocupa nas prioridades estratégicas de cada universidade. Tal constatação reforça a crítica de que a comunicação pública da ciência, para além de vontade política, exige investimento contínuo em infraestrutura, planejamento e valorização profissional, sem os quais a função social da universidade se enfraquece.

A análise temática das publicações institucionais também revelou uma orientação predominantemente voltada à prestação de serviços administrativos, como a divulgação de editais que correspondem a 18,71% das notícias na UFMT, 21,65% na Unemat e impressionantes 41,25% na UFR. Esse predomínio de uma comunicação funcional, voltada ao público interno e à gestão cotidiana, pode ser compreendido como um

indicativo da lógica burocrática que ainda prevalece nas práticas comunicacionais universitárias. Embora seja legítimo, esse modelo muitas vezes limita o papel que a comunicação deve ter ao conectar a universidade com a sociedade, deixando de lado conteúdos de maior relevância pública e científica. A quantidade significativa de conteúdos relacionados à extensão na UFMT (28,18%), na Unemat (24,73%) e na UFR (18,28%) sugere uma abertura forte à comunicação com o público e ao envolvimento social. No entanto, em muitos casos, essas ações aparecem mais como estratégias para ganhar visibilidade institucional do que como práticas realmente dialógicas ou voltadas ao diálogo com a comunidade.

Os resultados indicam que, apesar da presença de notícias sobre pesquisa científica nos portais institucionais, sua visibilidade ainda é relativamente baixa. Isso se reflete tanto na quantidade de conteúdo quanto na diversidade de assuntos e abordagens epistemológicas apresentadas. Ainda que o volume absoluto de notícias publicadas nos portais institucionais seja expressivo, a proporção dedicada à comunicação de pesquisas científicas revela uma profunda sub-representação da ciência nas estratégias comunicacionais das universidades. Em 2023, das 1.352 notícias veiculadas pela UFMT, apenas 60 (4,44%) abordavam diretamente a produção científica; na UNEMAT, esse número caiu para 14 (1,54%) entre as 910 publicações; e na UFR, houve apenas uma única notícia (0,26%) entre as 383 divulgadas ao longo do ano. Vale ressaltar que, das três universidades pesquisadas, a UFR é a mais nova em existência, surgindo de um campus da UFMT, onde questões que envolve a sua própria reestruturação como a falta de recursos humanos e infraestrutura possam ser explicações para o número menor de notícias, a predominância de matérias sobre editais e a falta de material noticioso sobre pesquisa científica.

Esses dados escancaram uma preocupante invisibilidade pública da pesquisa científica realizada nessas instituições, o que pode ser interpretado como reflexo da fragilidade das políticas internas de divulgação científica no contexto das universidades públicas brasileiras. A ausência de destaque à pesquisa científica, especialmente em instituições cuja missão inclui a produção de conhecimento de interesse público, coloca em xeque as prioridades editoriais das assessorias de comunicação, muitas vezes voltadas ao atendimento de rotinas burocráticas ou demandas administrativas. Essa lacuna informativa compromete o potencial dos portais institucionais como espaços de mediação

entre ciência e sociedade, distanciando a universidade de sua função social de compartilhar saberes e dialogar com os diferentes públicos que a sustentam.

A distribuição desigual das notícias de pesquisa científica entre as Grandes Áreas do Conhecimento revela uma assimetria preocupante na visibilidade pública das diferentes formas de produção do saber. Na UFMT, por exemplo, as áreas de Ciências Biológicas (22%) e Ciências Agrárias (20%) dominam a quantidade de publicações, enquanto outros campos que tradicionalmente fomentam o pensamento crítico e o debate social, como Linguística, Letras e Artes (apenas 3%) e Ciências Humanas (2%), permanecem quase invisíveis. Na UNEMAT, essa distorção é ainda mais acentuada, com 50% das notícias concentradas exclusivamente nas Ciências Biológicas, e com ausência total de registros nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e Linguística. Na UFR, a única notícia divulgada foi sobre uma pesquisa em Ciências Agrárias, mantendo um nível de visibilidade bastante limitado.

Esses dados revelam que a preferência não tem apenas um caráter editorial, mas também reflete uma orientação institucional que valoriza mais certas áreas do conhecimento (aquelas com maior apelo técnico, biomédico ou produtivo) em relação a outras que se dedicam à reflexão crítica, à cultura e às questões simbólicas presentes na vida social. Trata-se de uma tendência que reforça a lógica da utilidade e da aplicabilidade imediata da ciência, em detrimento de uma concepção mais ampla, diversa e integradora do conhecimento, o que contribui para a marginalização de saberes fundamentais à construção de uma cidadania crítica e culturalmente situada (BOURDIEU, 2004).

Cada universidade costuma seguir um modelo ou abordagem própria, e isso acaba tendo um impacto significativo na maneira como a sociedade enxerga o conhecimento produzido ali. Na UFMT e na UNEMAT, verificou-se o predomínio do paradigma da Ciência como Solução de Problemas, especialmente em estudos voltados às questões ambientais, sociais, de saúde pública e contextos regionais. Essa orientação tem o objetivo de fortalecer a conexão entre a universidade e a comunidade, destacando a importância da ciência como uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios do cotidiano. Embora essa abordagem aumente a visibilidade das pesquisas, ela também pode acabar transformando a ciência em uma atividade puramente técnica. Isso pode transformar a pesquisa em uma função instrumental, limitada a prestar serviços, sem uma conexão mais profunda com debates mais amplos sobre política científica e responsabilidades sociais.

Por sua vez, a UFR apresentou, em sua única notícia sobre pesquisa para um ano inteiro, a predominância do paradigma da Ciência para o Bem da Sociedade, o que demonstra uma orientação discursiva voltada ao impacto social positivo das pesquisas. Este modelo vê a ciência como uma força que impulsiona o bem-estar, a sustentabilidade e a justiça, reconhecendo seu papel fundamental nessas áreas. Ele representa o compromisso da instituição em promover a ética e a responsabilidade social na geração de conhecimento. Mesmo assim, essa abordagem pode ficar comprometida se não for acompanhada por uma análise crítica dos contextos sociais, políticos e econômicos nos quais a ciência está inserida.

Há também um número de notícias que reproduzem a concepção de uma “ciência neutra e independente”, o que remete a um ideal de ciência ainda enraizado em certos discursos acadêmicos e jornalísticos. A pouca presença de ideias que destacam a importância do envolvimento da sociedade nos processos científicos, como “Participação Social” e “Democratização da Ciência”, revela limites na capacidade de desenvolver uma divulgação científica mais dialogada e voltada para os cidadãos.

Ao analisar os atores envolvidos na produção de conhecimento, percebe-se que na UFR, UNEMAT e UFMT são frequentemente noticiadas pesquisas associadas a parcerias institucionais e empresariais. Essas universidades desempenham um papel significativo na economia do conhecimento, especialmente ao estimular a inovação e fortalecer laços importantes com o setor produtivo. Embora esse movimento amplie as conexões entre ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico, também impõe riscos à autonomia da pesquisa, podendo subordinar a agenda científica a demandas externas e à lógica da aplicabilidade imediata.

Mais uma vez, os dados demonstram que a participação da sociedade na geração de conhecimento científico ainda é pouco evidente na UFMT, UNEMAT e UFR, indicando que esse é um campo pouco explorado para fortalecer a ciência participativa. Essa ausência revela a importância de repensar a missão da universidade na construção de uma ciência realmente acessível e dialogada com a sociedade.

Esses resultados dialogam com a fundamentação teórica deste trabalho, que reconhece a ciência como uma prática social historicamente situada, sujeita a disputas de sentido, regimes de verdade e dinâmicas de poder (Latour, 1997; Bourdieu, 2004). A ausência de representações mais críticas ou reflexivas sobre a própria ciência nos

conteúdos analisados revela o quanto a comunicação científica institucional ainda opera majoritariamente sob a lógica da legitimação da ciência, mais do que de sua problematização ou abertura à pluralidade epistêmica.

Ao problematizar o modo como as universidades públicas de Mato Grosso comunicam suas pesquisas, esta dissertação contribui para o debate sobre o papel do jornalismo científico institucional na sociedade contemporânea, especialmente em contextos marcados por assimetrias no acesso ao conhecimento, crises de legitimidade da ciência e disputas sobre a verdade. Reafirma-se, portanto, a necessidade de fortalecer práticas comunicacionais que reconheçam a complexidade da ciência, aproximem a produção científica da sociedade e promovam uma cultura científica mais plural, crítica e participativa.

Os portais institucionais não apenas comunicam ciência, mas também constroem sentidos sobre ela, sendo espaços onde diferentes atores disputam, operando como dispositivos de mediação entre a universidade e a sociedade. A preferência por certos paradigmas em relação a outros revela alinhamentos institucionais importantes que precisam ser levados em conta ao desenvolver as políticas de comunicação nas universidades.

Frente a esses achados, recomenda-se que as universidades analisem criticamente suas estratégias de comunicação institucional, no sentido de construir uma política de divulgação científica que seja transversal, intersetorial e orientada pela função social do conhecimento. Entre as ações estruturantes, destaca-se a necessidade de recomposição e ampliação das equipes das assessorias de comunicação, a fim de garantir condições técnicas, humanas e institucionais adequadas para o exercício qualificado e permanente da divulgação científica. No caso das universidades federais, há atualmente uma barreira importante a ser superada: trata-se do Decreto 10.185/19, assinado na gestão do então presidente Jair Bolsonaro. Essa norma atualmente bloqueia a realização de concursos para cargos essenciais na área de Comunicação, como jornalismo, publicidade, relações públicas, design gráfico e outros setores relacionados.

A expansão dos canais de comunicação nas universidades, sem ao mesmo tempo aumentar o número de profissionais dedicados a essa área, acaba dificultando a manutenção de uma comunicação pública eficiente. Elis Regina Ribas, responsável pela

Comunicação e Imprensa do Sindicato dos Trabalhadores em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior no Paraná (Sinditest-PR), emite um alerta:

O impacto desse cenário se estende por diversas esferas. A impossibilidade de abertura de concursos e a falta de redistribuição entre as instituições geram uma lacuna preocupante nos quadros de pessoal. Isso resulta em um caos generalizado nas atividades de Comunicação Institucional, comprometendo a capacidade das IFES de compartilhar suas conquistas, projetos e ações com a sociedade de forma clara e abrangente. (Sinditest-PR, 2013)

Nesse sentido, o decreto 10.185/19 precisa ser revogado e novos concursos públicos realizados.

Recomenda-se ainda a criação de espaços próprios e permanentes nos portais institucionais voltados à divulgação científica, com atualização periódica e integração de recursos multimídia, como infográficos, podcasts, vídeos curtos e recursos interativos. Essas ferramentas podem ampliar o alcance das pesquisas, tornando a comunicação mais acessível, envolvente e alinhada com as formas de expressão de hoje em dia.

No caso da UFMT e da UNEMAT, sugere-se que as assessorias de comunicação articulem parcerias diretas com os cursos de Jornalismo dessas instituições, potencializando a formação de estudantes, a produção de conteúdo qualificado e a ampliação da visibilidade pública das pesquisas desenvolvidas. Essa parceria tem o potencial de incentivar a formação de grupos permanentes de jornalismo científico nas universidades. Esses grupos poderiam atuar de maneira contínua e com um olhar crítico, fortalecendo a conexão entre a ciência e o público.

Além disso, é importante que as instituições de ensino invistam em programas de formação contínua em comunicação científica, destinados não apenas a pesquisadores, mas também aos profissionais de comunicação e aos estudantes de graduação e pós-graduação. A qualificação desses sujeitos é essencial para ampliar a compreensão sobre os processos de mediação científica, aprimorar a qualidade dos conteúdos produzidos e consolidar práticas comunicacionais mais estratégicas e comprometidas com a democratização do saber.

Como possibilidades para estudos futuros, está a investigação das percepções e práticas dos diferentes atores envolvidos na produção e divulgação científica dentro das universidades pesquisadas, como pesquisadores, jornalistas, comunicadores institucionais e gestores acadêmicos. Essa abordagem oferece uma compreensão mais clara de como as pessoas percebem e interpretam a comunicação científica no cotidiano

das instituições. Também é pertinente o desenvolvimento de estudos comparativos com outras instituições de ensino superior, tanto no Brasil quanto na América Latina, a fim de identificar padrões, singularidades e possíveis alternativas para a consolidação de políticas públicas de comunicação científica no contexto universitário.

Em síntese, esta pesquisa buscou contribuir para o debate sobre a visibilidade pública da ciência produzida nas universidades públicas e para o fortalecimento de estratégias comunicacionais que reconheçam a centralidade da ciência no enfrentamento dos desafios contemporâneos, sem perder de vista seu compromisso ético, político e social com a formação crítica da cidadania. Por fim, reitera-se o compromisso desta pesquisa com a construção de uma ciência mais acessível, socialmente referenciada e comunicacionalmente responsável, que reconheça no jornalismo científico não apenas um instrumento de visibilidade institucional, mas um espaço de mediação crítica entre saberes, práticas e mundos.

6. REFERÊNCIAS

- ABC. **A importância da ciência como política de Estado para o desenvolvimento do Brasil:** documento da ABC aos candidatos à presidência do Brasil. Rio de Janeiro: ABC, 2022. 24 p. Disponível em: <https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Publica%C3%A7%C3%A3o-Presidenci%C3%A1veis-2022.pdf>. Acesso em: 12 Agosto 2024.
- ALBAGLI, S. Ciência aberta em questão. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (Org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. p. 9-25.
- ANDERY, M. A. *et al.* **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004. 436 p.
- BERTOLLI FILHO, C. Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico. **Biblioteca on-line de ciências da comunicação**, 2006. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/bertolli-claudio-elementos-fundamentais-jornalismo-cientifico.pdf>. Acesso em: 29 Outubro 2023.
- BORDENAVE, J. D. A formação universitária exige integração e equilíbrio nos componentes do triângulo educativo. In: ROLLEMBERG, M. **Universidade:** formação e transformação. São Paulo: EDUSP, 2005. p. 49-54.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 5,647, de 10 de dezembro de 1970.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/15647.htm. Acesso em: 24 Março 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107. Acesso em: 17 Março 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.637, de 20 de março de 2018.** Cria a Universidade Federal de Rondonópolis, por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13637.htm. Acesso em: 07 Abril 2024.
- BUCCI, E. **O Estado de Narciso:** A comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BUENO, W. C. Jornalismo científico: resgate de uma trajetória. **Comunicação e Sociedade**, n.30, p. 209-220, 1998. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/7878>. Acesso em: 14 Junho 2023.
- BUENO, W. C. Jornalismo Científico, ciência e cidadania. In: MORAIS, C. **Comunicação Ciência e Sociedade:** Diálogos de Fronteira. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004. p. 35-64.

BUENO, W. C. Jornalismo científico: revisitando o conceito. In: VICTOR, C.; CAUDAS, G.; BORTOLIERO, S. **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print Editora, 2009.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. espe., p. 1-12, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informação/article/viewFile/6585/6761>. Acesso em: 16 Junho 2023.

BUENO, W. C. A Divulgação da Produção Científica no Brasil: A Visibilidade da Pesquisa nos Portais das Universidades Brasileiras. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36340/22901>. Acesso em: 20 Junho 2023.

BUENO, W. C. A Divulgação Científica no Universo Digital: o protagonismo dos portais, blogs e mídias sociais. In: PORTO, C.; E., Oliveira K.; ROSA, F. **Produção e difusão de ciência na cibercultura: narrativas em múltiplos olhares**. Ilhéus, BA: Editus, 2018. p. 55-68.

CALADO, L. A. **A Ciência no jornalismo impresso: Análise das reportagens do suplemento Milenium - Jornal Correio da Paraíba**. Monografia (Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2006. 135 p. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/calado-liliane-ciencia-jornalismo-impresso.pdf>. Acesso em: 03 Novembro 2023.

CALDAS, G. O poder da divulgação científica na formação da opinião pública. In: MORAIS, C. **Comunicação Ciência e Sociedade: Diálogos de Fronteira**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2004. p. 65-79.

CANCIAN, Q. G.; DEUS, A. F. E. D.; MALACARNE, V. A Ciência e a Sociedade Contemporânea: uma evolução necessária. **XII Encontro Internacional de Produção Científica**. Maringá, PR: [s.n.]. 2021. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/anais-epcc-2021/wp-content/uploads/sites/236/2021/11/737.pdf>. Acesso em: 27 Julho 2024.

CARDASSI, T. Reitorias assinam carta pública em apoio às universidades supernovas. **Portal da UFR**, 2023. Disponível em: <https://ufr.edu.br/noticia/cartasupernovas/>. Acesso em: 07 Abril 2024.

CARDASSI, T. Comunicação Institucional e Social. **Portal da UFR**, 2024. Disponível em: <https://ufr.edu.br/servicos/comunicacao/>. Acesso em: 07 Abril 2024.

CGEE. **Percepção Pública da C&T no Brasil - 2023**. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024. Disponível em: <https://percepcao.cgee.org.br/home>. Acesso em: 06 Junho 2024.

CASTELFRANCHI, Y. Por que comunicar temas de ciência e tecnologia ao público? (Muitas respostas óbvias... mais uma necessária). In: MASSARANI, L. (Org.). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana**. Rio de Janeiro: Fiocruz / COC / Museu da Vida, 2010. pág. 13-21.

CHAIMOVICH, H.. Brasil, ciência, tecnologia: alguns dilemas e desafios. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 134–143, set. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/HpmnxcCMJGGCHzxgbRG47BH/>. Acesso em: 02 Fevereiro 2025.

COELHO, G. B. A Ciência Moderna e sua consolidação: é possível falar em crise social e epistemológica? **NORUS**, v. 4, n. 5, jan – jul, 2016. 263-283. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/6768/5915>. Acesso em: 06 Setembro 2024.

CONCEIÇÃO, C. P. Modos de promoção de cultura científica: Explorando a diversidade e a complementaridade. In: MASSARANI, L. (Org.). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana**. Rio de Janeiro: Fiocruz / COC / Museu da Vida, 2010. pág. 23-29.

DUARTE, J. Assessoria de Imprensa no Brasil. In: DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. – 5. ed. rev. e atual. – São Paulo: Atlas, 2018. p. 99-131.

DUARTE, J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2019. p. 121-134

DUARTE, J.; MONTEIRO, G. Potencializando a comunicação nas organizações. In: KUNSCH, M. M. K. **Comunicação organizacional: linguagem, gestão e perspectivas**. Rio de Janeiro: Saraiva UNI, v. 2, 2009. p. 333-359.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. **Research Policy**, v. 29, n. 2, p. 109-123, 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048733399000554>. Acesso em: 05 Fevereiro 2024.

FERREIRA, A. I.; HILL, M. M. Diferenças de cultura entre instituições de ensino superior público e privado: um estudo de caso. **PSICOLOGIA**, Lisboa, 21, n. 1, 2007. 7-26. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/354>. Acesso em: 17 Março 2024.

FRANÇA, V. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **C-Legenda-Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual**, n. 05, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36784/21359>. Acesso em: 20 Outubro 2013.

FRANÇA, V. V. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, V. V.; SIMÕES, P. G. **O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 89-118.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, IV, n. 2, p. 219-230, 1997. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7468055/mod_folder/content/0/Funtotowicz%20e%20Ravetz%201997.pdf#:~:text=Post-normal%20science%20and%20extended%20peer%20communities%20in%20the. Acesso em: 26 Setembro 2024.

GASPAR, M. A. *et al.* Um Estudo dos Portais Corporativos como Instrumento de Externalização do Conhecimento Explícito em Universidades. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 11, n. 31, p. 119-133, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/368/1/PortaisConhecimentoExplicito.pdf>. Acesso em: 15 Outubro 2023.

GIRALDEZ ALVAREZ, L. D.; CASTELLUCIO, A. C.; ALMEIDA, V. C. **Da pesquisa para a sociedade: reflexões sobre a comunicação científica e tecnológica**. Ilhéus, BA: Editus, 2013. 161 p.

HANSSON, S. O. Defining Pseudoscience and Science. In: PIGLIUCCI, M.; BOUDRY, M. **Philosophy of pseudoscience: reconsidering the demarcation problem**. Chicago: University of Chicago Press, 2013. p. 61-77.

INEP. **Estatísticas Censo da Educação Superior**, 2023. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYz>

[NiYTA5YjliIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54](#). Acesso em: 17 Março 2024.

INEP. **Censo da Educação Superior**. s. d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 17 Março 2024.

IRWIN, A. Risk, science and public communication: Third-order thinking about scientific culture. In: BUCCHI, M.; TRENCH, B. (Eds.). **Routledge Handbook of Public Communication of Science and Technology**. Londres: Routledge, 2008. p. 199-212.

JASANOFF, S. The idiom of co-production. In: JASANOFF, S. **States of knowledge: the co-production of science and social order**. London: Routledge, 2004. p. 1 - 12

KAHAN, D. M. Climate-Science Communication and the Measurement Problem. **Advances in Political Psychology**, v. 36, n. S1, p. 1-43, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/pops.12244>. Acesso em: 07 Outubro 2024.

KUNSCH, M. M. K. **Universidade e comunicação na edificação da sociedade**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 5ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

LATOURET, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LEOCADIO, M. S.; GUIMARÃES, K. C. S. B.; LIRA, A. G. O. Processo de transição e implantação de uma universidade supernova no norte do Brasil: relato de experiência no âmbito das bibliotecas universitárias. **XXII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**, p. 1-7, 2023. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/snbu2023/article/view/2946/2681>. Acesso em: 07 Abril 2024.

LEWANDOWSKY, S.; ECKER, U. K. H.; COOK, J. Beyond Misinformation: Understanding and Coping with the Post-Truth Era. **Journal of Applied Research in Memory and Cognition**, v. 6, n. 4, p. 353-369, 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211368117300700?ref=pdf_download&fr=RR-2&tr=8cefd83dab83b6cf. Acesso em: 07 Outubro 2024.

LIMA, M. A. M.; SIMÕES, L. R. D.; SILVA, F. L. D. L. Reflexos da identidade organizacional das universidades brasileiras em suas declarações de missão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, 104, n. 5529, 2023. 1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Crzkqw9TK4wCjkjp3wdpcMM/#>. Acesso em: 17 Março 2024.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. C. Science communication in Brazil: A historical review and considerations about the current situation. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 88, n. 3, p. 1577-1595, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/nSpmh5yjJkNRmbhgRkvKFTB/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 14 Fevereiro 2025.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 30, de 15 de dezembro de 1993**. Cria a Universidade do Estado de Mato Grosso, extingue a Fundação de Ensino Superior de Mato Grosso, cria cargos e dá outras providências. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 1993. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/urn:lex:br:mato.grosso:estadual:lei.complementar:1993-12-15:30>. Acesso em: 31 Março 2024.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 319, de 30 de junho de 2008**. Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 30, de 15 de dezembro de 1993 e adota outras

providências. Cuiabá: Palácio Paiaguás, 2008. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/urn:lex:br:mato.grosso:estadual:lei.complementar:2008-06-30;319?marcoHistorico=2008-06-30#dispositivo-42501>. Acesso em: 31 Março 2024.

MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 611, de 28 de janeiro de 2019**. Modifica a denominação da Universidade Estadual de Mato Grosso. Cuiabá: Assembleia Legislativa do Estado, 2019. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/norma-juridica/urn:lex:br:mato.grosso:estadual:lei.complementar:2019-01-28;611>. Acesso em: 31 Março 2024.

MEDINA, C. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MOSER, L. C. A produção acadêmica na área de Comunicação Organizacional: um recorte a partir das pesquisas sobre comunicação e Instituições de Ensino Superior (IES). **Anais do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2021 Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt3-co/lais-campos-moser.pdf>. Acesso em: 20 Junho 2023.

MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma história: ciência e tecnologia no Brasil**. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2004. 518 p.

MUNIZ, R. W. A Universidade Calada. In: VOGT, C.; GOMES, M.; MUNIZ, R. **ComCiência e divulgação científica**. Campinas: BCCL/UNICAMP, 2018. p. 37-42.

NOVAES, A. M. A crise da ciência: pós-modernidade e a prática do jornalismo científico em Superinteressante. **Inovcom**, v. 1, n. 1, 2006. 02-11. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/inovcom/article/view/302/295>. Acesso em: 09 Setembro 2024.

OCA, A. M. El renovado desafío del periodismo científico. In: MASSARANI, L. (Org.). **Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana**. Rio de Janeiro: Fiocruz / COC / Museu da Vida, 2010. pág. 31-37.

OLIVEIRA, F. **Jornalismo científico**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, T. *et al.* “Those on the Right Take Chloroquine”: The Illiberal Instrumentalisation of Scientific. **Javnost - The Public**, v. 28, n. 2, 2021. 165-184. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13183222.2021.1921521>. Acesso em: 08 Abril 2024.

ORLANDI, E. P. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. **Produção e Circulação do Conhecimento: estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes Editores, 2001. p. 58-78.

PHILIPPI Jr, A. *et al.* Sustainable Development, Interdisciplinarity and Environmental Sciences. **RBPG**, Brasília, v. 10, n. 21, October 2013. p. 509-533. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/download/423/353/1122>. Acesso em: 08 Fevereiro 2025.

PINCH, T. J.; BJIKER, W. E. The Social Construction of Facts and Artefacts: or How the Sociology of Science and the Sociology of Technology might Benefit Each Other. **Social Studies of Science**, v. 14, n. 3, 1984. 399-441. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030631284014003004>. Acesso em: 06 Abril 2025.

PIPPI, J.; PERUZZOLO, A. G. Jornalismo, interdiscursividade e popularização científica. **Anais do 38º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/48008582081050238295581692194429853231.pdf>. Acesso em: 15 Junho 2023.

- PORTO, C. M. **Impacto da internet na difusão da cultura científica brasileira: as transformações nos veículos e processos de disseminação e divulgação científica.** Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. 195 p. Disponível em: [//repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9038/1/Cristiane%20de%20Magalh%C3%A3es%20Porto.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9038/1/Cristiane%20de%20Magalh%C3%A3es%20Porto.pdf). Acesso em: 23 Junho 2023.
- REYNA, V. F. A scientific theory of gist communication and misinformation resistance, with implications for health, education, and policy. *PNAS*, v. 118, n. 15, 2021. 1-6. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/full/10.1073/pnas.1912441117>. Acesso em: 07 Outubro 2024.
- REVADAM, Rafael. Políticas públicas eficazes devem contar com a participação das ciências humanas e sociais, defende diretora da SBPC. **SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, 04 Abril 2024. Notícias da SBPC. Disponível em: <https://portal.sbpcnet.org.br/noticias/politicas-publicas-eficazes-a-participacao-das-ciencias-humanas-e-sociais-defende-diretora-da-sbpc/>. Acesso em: 14 Agosto 2024.
- RUBLECKI, A. Jornalismo Científico: problemas recorrentes e novas perspectivas. **PontoDeAcesso**, 3, 2009. 407-427. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3357/2755>. Acesso em: 14 Março 2024.
- RYBANDT, R.; MAIA, G. M. A importância da comunicação pública no desenvolvimento do conceito de cidadania no Brasil. In: MEDEIROS, M.; MAINIERI, T. **Comunicação pública e cidadania: conceitos, desafios e enfrentamentos.** Goiânia: Cegraf UFG, 2022. p. 88-105. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/comunicacao_publica_e_cidadania_v_1_.pdf. Acesso em: 24 Abril 2025.
- SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação.** Brasília: Enap, 2021.
- SANTOS, G. C. Sustentabilidade e Visibilidade da Produção Científica: A Construção do Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da Unicamp. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Manaus, Amazônia, Brasil. **Anais do SNBU.** Manaus: UFAM. 2016. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/30868/1/3283-8744-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 Outubro 2023.
- SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: Almedina, 2012.
- SCHWARTZMAN, S. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.
- SIGNATES, L. Epistemologia e comunicabilidade: as crises das ciências, ante a perspectiva da centralidade do conceito de comunicação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 133-148, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24573>. Acesso em: 08 Julho 2024.
- SILVA, A. E. F. A.; PEREIRA, J. R. Pesquisas científicas em universidades públicas de Minas Gerais (Brasil): quinze anos de notícias e suas repercussões. **Journal of Science Communication – América Latina**, v. 4, ed. 01, A05, 2021. Disponível em: <https://jcomal.sissa.it/article/1198/galley/2444/download/>. Acesso em: 03/06/2023.
- SILVEIRA, L. **Portais de Periódicos das universidades federais brasileiras: documentos de gestão.** Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. 222 p. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/1441/dissertacao_lucia_15689012863172_1441.pdf. Acesso em: 03 Novembro 2023.

SINDITEST-PR. Restrições impedem contratação de TAEs da Comunicação em Universidades Federais. **Sinditest**. Disponível em: <https://www.sinditest.org.br/restricoes-impedem-contratacao-de-taes-da-comunicacao-em-universidades-federais/>. Acesso em: 05 Agosto 2025.

TÔZO, C. O. **A práxis do jornalismo científico: a experiência do Jornal da USP e de universidades públicas brasileiras no período pandêmico**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. 298p. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-02072024-122634/publico/CarladeOliveiraTozocorrigidaPPGCOM7265815.pdf>. Acesso em: 14 Janeiro 2025.

UFMT. **Anuário Estatístico 2022 Ano Base 2021**. Cuiabá: Pró-Reitoria de Planejamento/Gerência de Desenvolvimento Institucional e Estudos Estratégicos, 2023a. 101 p. Disponível em: https://cms.ufmt.br/files/galleries/261/anuarios/Anu%C3%A1rio_2022_2021.pdf?_gl=1*_hrfoyn*_ga*MTEyNTE2NDM4Ni4xNjE4MDg1MTQ0*_ga_1BSMJJE6838*MTcxMTI5OTczMy4xNDMuMS4xNzExMjk5ODAwLjYwLjAuMA.. Acesso em: 18 Março 2024.

UFMT. **Painel de Indicadores da UFMT**. Cuiabá: Pró-Reitoria de Planejamento/Escritório de Projetos e Processos, 2023b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZmJhNDBiMDktYzMyZC00MGZhLTgxZmQtZGEyM2Y3NDIwNzZlIiwidCI6ImE5NWQwZDIyLTQwMmYtNGNjNy1iNTIwLTUzZmJkIOWRjOGYzMCJ9&pageName=ReportSection33aec5419190eda9c04>. Acesso em: 24 Março 2024.

UFMT. **Plano de Desenvolvimento Institucional - 2024 a 2028**. Cuiabá: [s.n.], 2023c. 255 p. Disponível em: https://cms.ufmt.br/files/galleries/278/PDI%202024-2028/PDI_UFMT_2024_2028.pdf?_gl=1*_n7n1pz*_ga*MTEyNTE2NDM4Ni4xNjE4MDg1MTQ0*_ga_1BSMJJE6838*MTcxMTkwODA3MC4xNTIuMS4xNzExOTA4MTc3LjMlLjAuMA.. Acesso em: 31 Março 2024.

UFMT. **Resolução CD-UFMT nº 58, de 10 de outubro de 2023**. Dispõe sobre estrutura administrativa e acadêmica e o quadro distributivo dos cargos de Direção e Funções Gratificadas da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: Conselho Diretor, 2023d. Disponível em: <http://sistemas.ufmt.br/ufmt.resolucao/OpenResolucao.aspx?resolucaoUID=10259&ano=2023&tipoUID=1>. Acesso em: 24 Março 2023.

UFMT. Atribuição. **Portal da UFMT**, s. d.a. Disponível em: https://www.ufmt.br/secretaria/secomm/pagina/apresentacao/251#top_page. Acesso em: 15 Agosto 2023.

UFMT. Conheça mais sobre a UFMT. **Portal da UFMT**, s. d.b. Disponível em: <https://www.ufmt.br/pagina/ufmt/112>. Acesso em: 24 Março 2024.

UFMT. Equipe. **Portal da UFMT**, s. d.c. Disponível em: https://www.ufmt.br/secretaria/secomm/pagina/apresentacao/472#top_page. Acesso em: 24 Março 2024.

UFR. **Resolução CONSUNI/UFR nº 40, de 22 de junho de 2021**. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Rondonópolis para o quinquênio 2021 – 2025. Rondonópolis: Conselho Superior Universitário, 2021. Disponível em: <https://ufr.edu.br/portal/wp-content/uploads/2020/05/RESOLUCAO-CONSUNI-No-40-2.pdf>. Acesso em: 07 Abril 2024.

UFR. **Resolução Consuni/UFR nº 96, de 26 de Março de 2024**. Institui a Estrutura Organizacional da Universidade Federal de Rondonópolis. Rondonópolis: Conselho Superior Universitário, 2024. Disponível em: https://sei.ufr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=344780&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 18 Abril 2024.

UFR. **Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2023**. Rondonópolis, 117p. 2024. Disponível em: <https://ufr.edu.br/proplad/wp-content/uploads/2024/03/Relatorio-de-Gestao-e-Prestacao-deContas-2023.pdf>. Acesso em: 07 Abril 2024.

UNEMAT. **Plano estratégico participativo 2015-2025**: planejar, participar, concretizar. Cáceres: Editora Unemat, 2018. 203 p. Disponível em: <https://cms.unemat.br/storage/documentos/bloco-documento-arquivo/5m33dt1uoNCEwxQ0GWxfywhsIc7IG1b0mF0z96k.pdf>. Acesso em: 31 Março 2024.

UNEMAT. **Resolução N° 005/2019 – Ad Referendum do CONSUNI**. Reorganiza a Estrutura Organizacional da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: Conselho Universitário, 2019. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/consuni/5253_res_consuni_5_2019.pdf. Acesso em: 31 Março 2024.

UNEMAT. **Resolução n° 006/2021 – CONSUNI**. Aprova a Política de Comunicação da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: Conselho Universitário, 2021. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/consuni/4552_res_consuni_6_2021.pdf. Acesso em: 31 Março 2024.

UNEMAT. **Anuário Estatístico de 2023 - Ano Base 2022**. Cáceres: Editora Unemat, v. I, 2023a. 140 p. Disponível em: <https://cms.unemat.br/storage/documentos/bloco-documento-arquivo/dyHEP0QvvINPQ3Zjaerl7qtFMociopaDs8RMNTzB.pdf>. Acesso em: 21 Março 2024.

UNEMAT. **Resolução n° 011/2023 – Ad Referendum do CONSUNI**. Altera a Resolução n° 005/2019-*Ad Referendum* do CONSUNI, que reorganiza a Estrutura Organizacional da Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres: Conselho Universitário, 2023b. Disponível em: http://www.unemat.br/resolucoes/resolucoes/consuni/5194_res_consuni_11_2023.pdf. Acesso em: 31 Março 2024.

UNEMAT. Assessoria de Comunicação. **Portal da UNEMAT**, s. d.a. Disponível em: <https://unemat.br/site/comunicacao>. Acesso em: 31 Março 2024.

UNEMAT. Nossa Equipe. **Portal da UNEMAT**, s. d.b. Disponível em: <https://unemat.br/site/comunicacao/nossa-equipe>. Acesso em: 2024 Março 2024.

UNEMAT. Veículos. **Portal da UNEMAT**, s. d.c. Disponível em: <https://unemat.br/site/comunicacao/veiculos#>. Acesso em: 31 Março 2024.

VELHO, Léa. Conceitos de Ciência e a Política Científica, Tecnológica e de Inovação. **Sociologias**, v. 13, n. 26, p. 128-153, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/q5SC5wGHhpGpzL86NZyDgDS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 Agosto 2024.

WEISZ, I. C. Afinal, o que é Ciência? **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, 8 Agosto 2023. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/30/afinal-o-que-e-ciencia>. Acesso em: 27 Julho 2024.

ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica**. São Paulo: Fapesp, 2001.

ZARBIN, A. J. G. Ciência para uma sociedade: a ciência é um dos motores que transformam a sociedade e produz um mundo melhor. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 74, Dez 2022. 1-6. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000400002. Acesso em: 27 Julho 2024.

ZATTAR, N. *et al.* **UNEMAT: uma história que faz parte de muitas outras**. Cáceres: Editora Unemat, 2018. 164 p. il. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1RAQ90nCnL7FyCB8srBA-Yf28mEAOx4Kb/view?usp=sharing>. Acesso em: 31 Março 2024.

APENDICÊ A – Livro de Códigos Identificação de Paradigmas científicos e Atores Produtores do Conhecimento nas notícias de pesquisas publicadas nos portais das Universidades Públicas de Mato Grosso

Este apêndice apresenta o livro de códigos foi elaborado e utilizado para a análise de conteúdo das notícias de pesquisas publicadas nos portais das Universidades Públicas de Mato Grosso, com base nos paradigmas de política científica e tecnológica de Léa Velho (2011). A pesquisa foi desenvolvida a nível de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Identificação da Notícia

Título da notícia: _____

Universidade: ()UFMT ()UNEMAT ()UFR

Data de Publicação: ___/___/_____

Link: _____

EIXO 1: CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA

1.1 Indique a CONCEPÇÃO DE CIÊNCIA DOMINANTE (obrigatória):

() C1 – Ciência Neutra e Independente

Definição Operacional: A ciência é representada como uma atividade objetiva, técnica, universal e livre de influências sociais, políticas ou econômicas.

Crítérios de Inclusão: Uso de termos como ‘rigor científico’, cientificamente comprovado’, ‘metodologia objetiva’, ausência de envolvimento social explícito.

Exemplo de Trecho: “Os pesquisadores seguiram rigorosamente os protocolos científicos reconhecidos internacionalmente.”

() C2 – Ciência como Solução de Problemas

Definição Operacional: A ciência é orientada para aplicação prática, com foco em resolver problemas sociais, ambientais ou técnicos.

Crítérios de Inclusão: Referência explícita à solução de problemas, desenvolvimento de técnicas, ferramentas ou estratégias aplicadas a situações concretas.

Exemplo de Trecho: “A pesquisa busca desenvolver um sistema que facilite o diagnóstico precoce da doença.”

() C3 – Ciência como Recurso Econômico

Definição Operacional: A ciência é tratada como vetor de inovação, competitividade e desenvolvimento econômico.

Crítérios de Inclusão: Menções a mercado, patentes, startups, desenvolvimento tecnológico, parceria com setor produtivo.

Exemplo de Trecho: “A tecnologia desenvolvida será patenteada e poderá ser comercializada por empresas do setor.”

() C4 – Ciência para o Bem-estar Social

Definição Operacional: A ciência é concebida como instrumento de promoção da justiça social, sustentabilidade, inclusão e bem comum.

Crterios de Inclusão: Citações a benefcios sociais, impactos em comunidades, desenvolvimento sustentável, equidade.

Exemplo de Trecho: “O projeto busca melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais da região.”

1.2 Indique a(s) CONCEPÇÃO(ÕES) SECUNDÁRIA(S) (se houver):

() C1 – Ciência Neutra e Independente

() C2 – Ciência como Solução de Problemas

() C3 – Ciência como Recurso Econômico

() C4 – Ciência para o Bem-estar Social

EIXO 2: ATORES PRODUTORES DO CONHECIMENTO

2.1 Indique os atores predominantes na produção do conhecimento (classificação exclusiva):

() P1 – Atores Tradicionais

Definição Operacional: A pesquisa é conduzida exclusivamente por universidades, professores e pesquisadores acadêmicos.

Crterios de Inclusão: Foco em laboratórios universitários, pesquisadores docentes, programas de pós-graduação.

Exemplo de Trecho: “O estudo foi realizado por docentes do Instituto de Ciências Biológicas da UFMT”

() P2 – Pesquisa Aplicada e Interdisciplinar

Definição Operacional: A produção do conhecimento envolve integração de áreas, saberes diversos e resolução de problemas específicos.

Crterios de Inclusão: Participação de diferentes áreas do conhecimento ou indicação de aplicação prática de resultados

Exemplo de Trecho: “O projeto reúne pesquisadores das áreas de engenharia, biologia e educação ambiental.”

() P3 – Parcerias Empresariais e Institucionais

Definição Operacional: A pesquisa ocorre em colaboração com empresas, instituições públicas ou organizações do terceiro setor.

Critérios de Inclusão: *Menção a cooperação com empresas, órgãos públicos, agências de fomento ou ONGs.*

Exemplo de Trecho: *“A pesquisa é financiada por uma parceria entre a UFMT e uma empresa do setor de biotecnologia.”*

() P4 – Participação Cidadã

Definição Operacional: *O conhecimento é produzido em articulação com comunidades locais, movimentos sociais ou saberes populares.*

Critérios de Inclusão: *Participação de povos indígenas, comunidades tradicionais ou citação a diálogo com saberes locais.*

Exemplo de Trecho: *“A comunidade foi ouvida em todas as etapas do processo de construção da pesquisa.”*

OBSERVAÇÕES:

(Justifique, se necessário, sua escolha ou destaque elementos que dificultaram a classificação)
